

MARIA APARECIDA PEREIRA

**CURRÍCULO E ESCOLA, DESAFIOS DA ESCOLA DO CAMPO:
UM ESTUDO A PARTIR DA REALIDADE DA ESCOLA MUNICIPAL
IRMÃ INÊS VAILATTI**

Monografia apresentada para a obtenção do título de Especialista em Educação do Campo, Curso de Pós-Graduação em Educação do Campo, Departamento de Planejamento e Administração Escolar, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Marcos Gehrke

CURITIBA

2008

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao
meu pai (que partiu para Deus).
Pelas palavras de incentivo quando em
muitas vezes pensei
em desistir.
Então ele dizia:
“Nunca a gente desiste de algo sem
saber como será o final”.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus que permaneceu a meu lado em todos os momentos, permitindo-me que eu chegasse ao final deste curso.

A minha mãe por ter me dado à vida, acreditando sempre em mim e com isso fazendo-me lutadora.

As pessoas que amo pelo carinho e compreensão durante a minha ausência.

Aos meus colegas de turma que colaboraram com este estudo.

A todos os educadores e educadoras que contribuíram significativamente para o meu crescimento pessoal e profissional.

As Educadoras da Escola Irmã Ines Vailatti pela disponibilidade em ajudar em todas as etapas da pesquisa.

Ao meu orientador pelo apoio recebido e pelas dicas e paciência.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
CAPÍTULO I – O CAMINHO PERCORRIDO NA PESQUISA.....	09
1.2.1– O tema escolhido.....	09
1.2.2 - A questão e intenção da pesquisa.....	09
1.2.3 – Os objetivos da pesquisa.....	10
1.2.4–A metodologia como caminho percorrido.....	10
1.2.5 – Os sujeitos da pesquisa.....	11
CAPÍTULO II – CURRÍCULO E CULTURA: TRAJETÓRIA E MEDIAÇÕES COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	12
2.1 - Currículo e cultura: marcos históricos e conceituais.....	12
2.1.1. - Origens do termo currículo.....	12
2.1.2. - A formação do currículo nos Estados Unidos e a sua transformação como controle escolar.....	14
2.1.3. - Currículo está para a reprodução social e cultural.....	15
2.1.4. - O currículo como produto de uma seleção da cultura.....	16
2.2. - O desenrolar do currículo no Brasil.....	16
2.3. - A Formação de Educadores e o Currículo.....	20
2.4. – As Políticas Públicas de Educação do Campo e a proposta de Organização do Trabalho Pedagógico	22
2.4.1. - A escola do campo traz alguns fazeres importante à sua construção...	26
CAPÍTULO III – CURRÍCULO E ESCOLA: UM ESTUDO A PARTIR DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL IRMÃ INES VAILATTI.....	30
3.1 – Escola Municipal Irmã Inês Vailatti: Um pouco de sua história e de seus sujeitos.....	30

3.2. – Projeto Político Pedagógico e o Currículo da Escola.....	36
3.3. – A organização do trabalho pedagógico da Escola.....	40
3.3.1 - A organização dos tempos e espaços escolares.....	44
3.3.2 – Como a Escola é vista pelas famílias e como está a relação entre a escola e a família	48
3.4 - Que conhecimentos, para que sujeitos?.....	52
3.5 - Avaliação: classificação ou formação humana.....	53
3.6 – Formação de educadores: que educadores para que currículo.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61
ANEXOS.....	63
Anexo1: Conhecimentos trabalhados na escola.....	

1. INTRODUÇÃO

Este texto monográfico vem sendo construído na nossa trajetória enquanto educadora-alfabetizadora de crianças, jovens e adultos do campo. Temos buscado aprofundar este estudo no interior do debate e construção da Educação do Campo em especial na escola pública municipal de Porto Barreiro com seus educadores.

Para viver no campo é preciso ter uma educação de qualidade que respeite este espaço como espaço de vida, espaço de luta, onde mora gente que faz cultura, constroem saberes e lutam pela sua identidade. Neste modelo o sujeito busca ser respeitado em sua diversidade, como nos diz Arroyo:

A cultura escolar tende a curricularizar, gradear, disciplinar e normatizar saberes sociais, relações e até ciclos de desenvolvimento. Sei que experimentei como essas tensões acontecem sobre tudo no início de cada ano letivo. Sei que a tentação mais atraente, porque mais fácil [...] Nem sempre o mais fácil é o mais pedagógico. As normas nivelam tudo, coisificam as pessoas e desfiguram identidades e diversidades humanas e pedagógicas. (ARROYO: p.65, 2000.)

Pensar uma proposta adequada à realidade da Educação do Campo pressupõe atender as necessidades de nossa comunidade. Para tanto elegemos como objetivo deste trabalho verificar se o currículo da Escola Municipal de Porto Barreiro atende os sujeitos do campo e se a sua proposta é adequada à realidade dos/as educandos/as e educadores/as.

A necessidade de estudar este tema surgiu a partir das reflexões de minhas experiências e a relação e o envolvimento com a educação. Quando iniciei a especialização em Educação do Campo, esta intenção de pesquisa já fazia parte da minha carta de aceite, mas que no decorrer do tempo, ficou cada vez mais claro para mim.

Assim, a vontade logo deu espaço para uma necessidade e uma busca pelas respostas, a princípio questionei-me se a vontade que sentia de pesquisar o tema fosse proveniente da relação que tenho com a minha profissão,

e com os educadores e estou sempre envolvida com programas e currículos, e me questionava se esta atividade não estaria influenciando-me, e se esta até que ponto era a influência exercida?

Esgotei meus argumentos questionadores a mim mesma, quando da época em que tínhamos que construir o objeto de pesquisa, quando para minha surpresa constatei a necessidade real desta pesquisa, pois senti que havia inúmeras dificuldades que envolviam ou que atrapalhavam a construção do objeto de pesquisa e a sua investigação e sistematização, onde aí sim a razão venceu a vontade e o desejo, dando-me a coragem necessária para iniciar o difícil e longo caminho que vou trilhar.

Espero que com a pesquisa possa colaborar com o processo de consolidação por uma educação do campo de qualidade. Este trabalho procura trazer contribuições para a implementação e a organização do trabalho pedagógico para que se afirme a escola do campo.

A centralidade da educação do campo é o sujeito. No entanto o currículo terá que buscar afirmar relações e, fortalecer o vínculo que a escola tem com a vida, à cultura, aos interesses e necessidades dos educandos. Sendo assim, este estudo busca contribuir para reconstruir a auto-estima e identidade de uma escola municipal de Porto Barreiro.

O campo de estudo foi a Escola Municipal Irmã Inês Vailatti de Porto Barreiro que atende crianças na educação infantil e ensino fundamental de 1ª a 4ª série. A escola localiza-se na sede do município de Porto Barreiro. Esta escola passou pelo sistema de nuclearização e recebe alunos de várias comunidades do campo do município.

Atualmente a escola tem educadores que residem no campo e outros da cidade, fato este que se distingue de muitos municípios que os educadores vão da cidade para o campo. E mais de 80% de seus educandos são filhos de pequenos agricultores proprietários ou não de terras. (Pesquisa realizada pelo Colégio Estadual Gabriela Mistral de Porto Barreiro. PR). Pode-se dizer que a maior fonte de sobrevivência vem do campo.

Tendo em vista as diversas dimensões envolvidas nos processos educativos – objeto da pesquisa – organizamos este texto em três capítulos. No primeiro capítulo apresentamos o conjunto deste trabalho monográfico com a metodologia nele utilizada: o problema central, os objetivos, a caracterização do estudo e as quatro etapas que constituíram a pesquisa. Nele também apresentamos os sujeitos da pesquisa.

No capítulo seguinte discorreremos sobre currículo e cultura: trajetória e mediações com a educação do campo conceituando o que é currículo e explicitando a sua trajetória pelo Brasil e o mundo. Ainda nesse relato incluímos a formação dos educadores e o currículo e como este está entendido pela a Educação do Campo.

No último capítulo com o título Currículo e Escola: Um estudo a partir do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Irmã Ines Vailatti. Nesse estudo realizamos uma análise do currículo, da organização do trabalho pedagógico. Para tanto foi preciso discorrer sobre a formação dos educadores como que essa vem acontecendo no município e como vem sendo pensado o currículo para que a educação do campo se efetive como política educacional.

Outras considerações, ainda, trazemos no que se convencionou chamar conclusão, como se fosse possível esgotar, a ponto de concluir, debates acerca da ação educativa. Com essas considerações iremos propor sugestões que possam contribuir com o trabalho de educação do campo.

Em seguida, expomos as referências bibliográficas que embasaram teoricamente este texto e, por fim, partilhamos, os anexos da pesquisa.

1.2 O caminho percorrido na pesquisa:

1.2.1 O tema escolhido

A presente pesquisa contempla o eixo da Organização do Trabalho Pedagógico da escola e teve como tema: currículo e escola, desafios da escola do campo: um estudo a partir da Escola Municipal Irmã Inês Vaillatti.

Tema este resultado de minhas inquietações de educadora e estudante, as quais tomei como objeto de estudo durante o Curso de Especialização em Educação do Campo.

1.2.2 A questão e a intenção da pesquisa

Nos propusemos a estudar e investigar se o currículo de educação Infantil e Ensino Fundamental das séries iniciais de uma Escola Municipal de Porto Barreiro PR, atende os sujeitos do campo e se a proposta da escola é adequada à realidade de seus sujeitos e se está de acordo com as dimensões da educação do campo.

A presente pesquisa não pretende estruturar ou sequer mostrar um caminho, afirmando que este ou aquele está certo ou errado que é ineficaz ou inadequado. Esta pesquisa propõe-se a analisar o trabalho da escola e desde então tecer reflexões que possam contribuir com o avanço no trabalho pedagógico e na organização curricular.

1.2.3 Os objetivos da pesquisa.

Toda pesquisa persegue objetivos. Tomamos como principais metas os seguintes objetivos: Investigar as práticas educativas dos educadores e se estas estão comprometidas com a Educação do Campo; Analisar qual a concepção que os educadores têm de educação do campo; Explicitar metodologicamente as contribuições presentes nas práticas dos educadores para organizar fundamento necessário a um currículo articulado as dimensões da educação do campo.

Estes nos moveram e nos guiaram permanentemente, sendo que alguns foram quase foram atingidos e outros foram até mesmo superados, com esse resultado foi possível mostrar o movimento da pesquisa.

1.2.4 A metodologia como caminho percorrido

Adotamos uma pesquisa de abordagem qualitativa, onde os sujeitos e as práticas investigadas tiveram mais espaço do que os dados propriamente ditos. Perseguimos o estudo teórico desde a bibliografia selecionada, buscando conceituar e buscar as respostas e mesmo os desafios que havíamos nos proposto. Nos utilizamos ainda, do referencial teórico trabalhado nos componentes curriculares do curso, o que na perspectiva metodológica fez a relação entre os estudos do curso e a pesquisa. A pesquisa de campo, que inclui a coleta de dados serviu para o processo de indagação, o que exige cuidados em relação aos propósitos da pesquisa e ao referencial pesquisado, bem como respeito aos sujeitos envolvidos, com vistas à análise dos dados. Ao fazer as análises encontramos respostas para confirmar a hipótese levantada no início de nossa caminhada.

Utilizamos-nos de entrevistas semi estruturadas e observações das práticas das educadoras, como também analisamos alguns trabalhos desenvolvidos pelos educandos.

1.2.5 Os sujeitos da pesquisa

A Escola “Irmã Ines Vailatti” — Educação Infantil e Ensino Fundamental. Trabalha com crianças desde a educação Infantil fase I, a partir dos quatro anos e vai até a quarta série do ensino fundamental. A escola conta com duzentos e cinqüenta e cinco educandos¹.

Em seu projeto político pedagógico a escola deixa explícito que procura trabalhar de maneira a valorizar a criança, respeitando primeiramente a realidade em que ela está inserida e trabalhar o que ela já traz de conhecimento de mundo para ampliar seu conhecimento.

Hoje a escola conta com um quadro de 23 pessoas envolvidas diretamente com a criança, sendo: 15 professoras, com diretora, duas coordenadoras pedagógicas, uma secretária, uma psicóloga, uma nutricionista, uma merendeira e três auxiliares de serviços gerais. Contamos com 12 professores com o curso Normal Superior e dois que têm somente o magistério e os dois coordenadores pedagógicos com pedagogia e formação em supervisão escolar.

¹ Censo 2007

2. CURRÍCULO E CULTURA: MEDIAÇÕES COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO

2.1. Currículo e cultura: marcos históricos e conceituais.

O termo currículo passou a fazer parte de nosso dicionário muito recentemente. Para muitos, esse é um termo confuso e impreciso. Existem os que mencionam currículo como programas escolares, outros, aos planos de ensino, e mais além, ao próprio rol de conteúdos a serem ensinados numa série ou nível de ensino. O termo currículo no início foi utilizado para referir-se aos conteúdos estabelecidos a serem transmitidos nas escolas. Por esse motivo alguns professores associam o termo ao sentido restrito de grade curricular que subentende a distribuição do número de aulas de cada matéria em cada série.

De fato, na literatura educacional existem inúmeras definições de currículo. Cada uma delas pressupondo valores e concepções diferentes de educação. O mais importante para o educador é compreender o campo de abrangência e de problematização do termo que se constitui em um modo conceitual de acercar-se dos problemas educativos.

2.1.1 Origens do termo currículo

No exame dos termos educativos classe e currículo, HAMILTON (1989) mostra como a emergência desses termos no século XVI vinculou-se às novas concepções de eficiência escolar e social criando transformações pedagógicas importantes. O termo classe passou a ser utilizado para designar as sub-divisões no interior das escolas, ou seja, a sala de aula propriamente dita.

De acordo com os pensadores da Renascença, essas unidades pedagógicas menores facilitariam a aprendizagem em geral e tornariam os sistemas de ensino mais eficientes. Essas classes compreendiam uma unidade pedagógica útil para controlar professores e alunos.

No ensino superior o termo “currículo” foi utilizado para refletir a coerência estrutural seja a disciplina e seqüência interna que deveria conter qualquer curso ou estudos. “Um currículo não só deveria ser concluído” (HAMILTON, 1989, p. 45). Este princípio foi redimensionado no século XX quando se generalizou o uso do termo na educação o qual se juntaram a noções de controle, padronização, eficiência e administração educacional e social. Tudo se movia em torno de um conjunto de conteúdos conhecido pelo termo currículo.

A aproximação do conceito de currículo segundo CONTRERAS (1989): O currículo deve ser entendido, como uma ferramenta conceitual que supõe sempre, de forma explícita ou tácita, uma resposta às perguntas: o que ensinar, como e por quê? Falar em currículo pressupõe pensar a educação tendo em vista a questão dos conteúdos.

As concepções curriculares variam em função dos distintos valores educativos que lhes dão vida. Há que se pensar também, que na medida em que o currículo diz respeito às decisões educativas para a escola, esse se encontra mediado por problemas institucionais e, por conseguinte, reflete sempre a circunstâncias históricas e sociais sob as quais foi pensado.

Da mesma maneira, pelo fato de se referir a problemas escolares, não se pode realizar abstrações sobre o seu funcionamento real nas classes. Significa dizer que um currículo não nasce somente para ser formulado. Ele nasce para ser realizado, de um modo ou de outro.

2.1.2 A formação do currículo nos Estados Unidos e a sua transformação como controle escolar

Os primeiros estudos sistemáticos sobre currículo surgiram com Franklin Bobbit, nos Estados Unidos, no início do século XX, mediante a publicação de dois livros. Ele sofreu influência do movimento da administração científica industrial. Bobbit dedicou-se a adaptar tais princípios na administração das escolas. Inicialmente, preocupou-se com a forma de maximizar a utilização do espaço físico das escolas e, posteriormente, passou a discutir a racionalidade do currículo escolar defendendo a diferenciação do currículo segundo os diferentes potenciais dos alunos e ocupações que elas desempenhariam na sociedade.

Subjacente ao pensamento de Bobbit encontrava-se uma visão burocrática pela qual a escola era vista como se fosse uma fábrica. Conseqüentemente, a teoria curricular nasce impregnada dessa visão burocrática e técnica pela qual o currículo era visto como uma espécie de instrumento de controle da qualidade do sistema escolar.

A burocratização do currículo buscou a predeterminação e previsibilidade e, tal como a indústria, pautou-se pela ênfase na especificação dos objetivos educacionais considerados a unidade fundamental para a organização do currículo e ensino.

De fato, as primeiras obras de teoria do currículo buscaram constituir um campo epistemológico no qual a seleção e ordenação do conhecimento escolar tornaram-se objeto de intervenção científica e política.

A barreira de tal modelo teórico desenraizou o campo de sua origem imersa nos embates políticos sobre a democratização da educação e sobre as finalidades da escola em relação à transmissão da cultura encerrando o currículo em práticas discursivas de natureza administrativo-pedagógica.

2.1.3 Currículo está para a reprodução social e cultural

As relações entre currículo e poder foram analisadas por APPLE (1982), em *Ideologia e Currículo*, obra clássica que trata sobre currículo, na qual o autor procura fazer uma relação entre o currículo e a reprodução cultural e econômica. Nessa obra ele questiona: o que é realmente ensinado nas escolas e quais são as funções sociais manifestadas e latentes do conhecimento transmitido nas escolas? Como os princípios de seleção e organização são empregados para planejar, ordenar e avaliar esses conhecimentos e se estes funcionam na reprodução cultural e econômica das relações de classe numa sociedade industrial como a sociedade Americana?

Segundo Ele são pensadas como lugares de distribuição cultural. As escolas vão além de preparar pessoas, elas ampliam e dão legitimidade a formas econômicas desiguais. E mais elas ampliam e dão legitimidade a determinados tipos de recursos culturais.

Infelizmente o que mais prevalece como constituição da cultura é o próprio acultramento que se dá pela sociedade classista que classifica e coisifica toda a humanidade. A escola no momento serve a esse mundo de capital que tem como valor maior o lucro. Sendo assim ela muitas vezes serve a burguesia.

Para compreender isso, devemos pensar a respeito dos conhecimentos que as escolas consideram mais importantes. APPLE busca, então, mostrar como as escolas tendem a valorizar os conhecimentos técnicos deixando de lado as ciências humanas.

Segundo APPLE, o predomínio do currículo centrado nas áreas de conhecimento na maioria das escolas, deve-se, em parte, ao lugar ocupado pela escola na elevação do conhecimento técnico, a isto está relacionado o papel da

escola na seleção de indivíduos para ocuparem diferentes posições econômicas e sociais.

2.1.4 O currículo como produto de uma seleção da cultura.

Essa é uma idéia fundamental: todo o currículo compreende uma seleção de elementos da cultura considerada válidos para serem transmitidos nas escolas. O importante é definir quais elementos da cultura são importantes? Os elementos escolhidos passam por uma aprovação social.

Certamente, essa seleção sofre influência das relações de poder. Nela há grupos e interesses diretamente implicados. No entanto, como os sistemas educacionais envolvem a maior parte da sociedade, direta ou indiretamente, essa seleção necessita de uma aprovação pública. Muitas dessas seleções geram conflito e grandes debates pela sociedade.

Em geral o conflito é gerado pela introdução de um paradigma novo e quase sempre revolucionário que desafia as estruturas básicas de significado anteriormente aceitas pelo campo de cientistas, dividindo, desse modo, efetivamente a comunidade. Esses debates estão relacionados aos modos de aquisição de conhecimento verificável, ao que se deve considerar como exatamente científico, aos próprios fundamentos básicos sobre os quais se sustém a ciência. (Apple:1982, p. 134)

2.2 O desenrolar do currículo no Brasil

Segundo MOREIRA, historicamente um primeiro ensaio de sistematização das questões curriculares surgiu no Brasil. Esses contavam com a atuação de importantes participantes da Escola Nova. Como Anísio Teixeira, Mario Casassanta, Fernando de Azevedo, Carneiro Leão, entre outros.

Portanto, podemos dizer que o currículo no Brasil nasceu no auge do Escolanovismo. Mas, no entanto, esse campo de estudos se consolidou no Brasil a partir de 1938 com a publicação de algumas ações curriculares pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais).

Desde de 1960, o currículo passou a ser uma disciplina de ensino e pesquisa das faculdades e universidades brasileiras. Surgiu nos cursos de Pedagogia a disciplina Currículos e Programas, após a Reforma Universitária (Lei 5.540/1968).

Já os anos 80, viram florescer no Brasil o pensamento crítico sobre o currículo de natureza sociológica. Foram traduzidos no início da década de 1980, dois livros que influenciaram profundamente as propostas de reestruturação curricular ocorridas no país nesse período: Ideologia e Currículo de Michael APPLE (1982) e Pedagogia Radical, de Henry GIROUX (1983). Esses autores influenciaram o pensamento curricular desenvolvido nos cursos de pedagogia e nos programas de pós-graduação em educação que estavam se consolidando nessa época.

Atualmente no Brasil, são múltiplas as abordagens teóricas existentes sobre o currículo, entre eles podemos citar: o enfoque neomarxista, a abordagem processual ou prática e a corrente pós-moderna. Entre os autores estrangeiros destacam-se: Michael Apple, Henry Giroux, Jose Gimeno Sacristán, Jose Contreras Domingo, Ivor Goodson, Thomas Popkewitz, entre outros.

Entre os autores nacionais podemos citar: Antonio Flávio Barbosa Moreira, Tomaz Tadeu Silva, Alfredo José da Veiga Neto, Lucíola Santos, Ana Maria Saul, Alice Ribeiro Casemiro Lopes, Maria das Mercês Ferreira Sampaio, Elizabeth Macedo, entre outros.

Nos anos 90, se intensificam os trabalhos sobre as políticas de educação e para tanto há um investimento e criação de propostas curriculares e programas de avaliação, com o intuito de garantir e manter o atual sistema.

Os neoliberais com seus discursos por uma melhora na qualidade de ensino puderam elaborar propostas curriculares que vem sustentando a educação aos interesses do capital. Sendo a melhor cartada a consolidação de um currículo comum com o propósito de determinar as diretrizes educacionais a ser seguida em todo o território nacional.

Veja os artigos 9º, 26º e 27º que a LDB 9394/96 explicita padrões curriculares, que devem ser seguidos em todo o Brasil. O CNE (Conselho Nacional de Educação), tem caráter deliberativo na questão que se refere às diretrizes curriculares nacionais:

No art. 9, a União terá a incumbência de:

IV — estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum.

Já no art. 26.

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada da cultura, da economia e da clientela.

E no art. 27.

Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda as seguintes diretrizes:

- I. A difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e á ordem democrática;

- II. Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;
- III. Orientação para o trabalho;
- IV. Promoção do desporto educacional e apoio às praticas desportivas não-formais.

Nestas políticas educativas, desde os anos 80, o Banco Mundial exerceu uma forte intervenção por meio de políticas de ajuste estrutural. Sua área de atuação vai além da quantidade de empréstimos na área econômica chegando ao caráter estratégico que desempenha no processo de reestruturação neoliberal dos chamados países em desenvolvimento como o Brasil.

A mudança do ensino implementada pela Lei 9394/96 cita a questão curricular, por meio do estabelecimento de Parâmetros Curriculares Nacionais os chamados (PCN), inicialmente adotado para as quatro primeiras séries do ensino fundamental.

As políticas curriculares do Brasil apresentam características próprias o que as diferenciam de outros países. O que demonstra um marco global de reformas que atribuem ao currículo um papel de relevo nas mudanças dos sistemas educacionais.

Também temos em âmbito nacional uma adoção de um modelo centralizado de currículo coexistente com processos de desregulação de outros aspectos da educação com a elaboração de propostas detalhadas, extensas e complexas. Assim fazendo uma associação do currículo com o sistema nacional de educação.

2.3 A Formação de Educadores e o Currículo

Os critérios sociais de distribuição e seleção dos saberes precisam ser discutidos e analisados. Para tanto é necessário dar atenção ao currículo como um todo, na parte central da escola. Sendo assim, o currículo passa a ser fundamental para a construção de uma proposta articulada como uma rede de relações para a produção e assimilação do conhecimento.

Infelizmente a organização do currículo não se apresenta explícito na escola. Para muitos professores ele deixa de existir e passa a ser somente um instrumento burocrático engavetado e controlado pela secretaria da escola. Assim, em vez de colaborar e instrumentalizar o trabalho pedagógico, o currículo, se torna apenas um registro formal e obrigatório desarticulado da realidade.

Confirmando algo apontado em estudos com o de Silva e Ribeiro:

A grande distância entre o currículo proclamado na burocracia educacional, o currículo pretendido pelo professor ou pela escola e as situações reais. O currículo, enquanto instrumento formal, dificilmente consegue realizar-se na prática, o que demonstra o descompasso entre o que se tem como proposta e o que se consegue e se quer ensinar. (SILVA, 1998, p.87 e RIBEIRO, 1993 p.67.).

Na sala de aula, em virtude dessa disparidade do currículo, acontece um verdadeiro desfile de práticas sem significados e alheia aos interesses dos educandos. Ocorre que tais posições instalam práticas que não proporcionam avanços, mas conseguem prejudicar a evolução da escola.

Assim, grandes princípios podem adquirir um sentido secundário e empobrecer o processo pedagógico, muitas vezes porque fica difícil integrá-los nos trabalhos de construção do saber em sala de aula. Nesse sentido, há que deixar claro, por exemplo; para a escola o significa, a formação do cidadão e do indivíduo crítico, detalhando o desenvolvimento desses princípios e a sua relação com as situações de aprendizagem e com os conteúdos curriculares.

Com tantas oposições passamos entender porque a escola se sente insegura em organizar sua ação pedagógica. Precisamente se constata que a própria formação do magistério não preparou o docente para que este possa interferir na elaboração e realização do currículo.

A questão do currículo vincula-se diretamente à qualidade de ensino. Por tudo isso, é fundamental uma reflexão sistemática sobre o currículo na formação de educadores. Indescritivelmente a fragmentação que ocorre nos cursos de formação torna-se um dos mais sérios problemas da educação brasileira. Esse problema, afirma BURNHAM, começa a ser estudado buscando entender porque a escola publica e o currículo criado para tornar possível o acesso ao conhecimento:

No Brasil, vem se restringindo a exercer um papel quase que meramente cartorial de emitir diplomas e certificados de conclusão de níveis de escolarização ou de habitações profissionais, sem um mínimo de rigor e de qualidade nos serviços que oferece. (BURNHAM 1993 p. 7).

Nas últimas décadas, todos os planos de mudança social estiveram associados às reformas educacionais e a projetos de inovações curriculares. Esta questão tem ocupado um lugar central na agência de políticas educacionais e na formação das novas gerações para a vida social.

De fato, a formação de professores deve promover o pensar crítico sobre o currículo na busca de alternativas de ação, com a visão de que no interior das escolas se produz cultura e estas, são nela produzidas. Contudo, o importante é ter em mente que a real função social da escola é produzir conhecimento. Significa dizer que um currículo não nasce somente para ser formulado nem para cumprir uma exigência. Ele nasce para ser realizado.

Isto supõe entender que a função principal da escola está relacionada com o conhecimento. Além disso, reconhecer a escola como local de ingresso de crianças e jovens num processo que não é só dela, mas que vai além, ou seja, para a vida toda.

Na realidade, o debate sobre a cultura a ser distribuída nos sistemas educacionais tem adquirido uma grande relevância política na medida em que aquilo que se estabelece como legítimo a ser transmitido, ensinado e aprendido nas escolas encontra-se no centro de uma política cultural de formação das novas gerações.

2.4 As Políticas Públicas de Educação do Campo e a proposta de Organização do Trabalho Pedagógico

Em seu artigo 28, a LDB 9394/96 estabelece as seguintes normas para a Educação do campo:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II – organização escolar própria incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas.

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

O artigo 28 traz uma nova maneira de reconhecer as especificidades do campo e amplia o respeito à diversidade cultural não fortalecendo a desigualdade. Este artigo além de dar respaldo e exigir que os sistemas de ensino se adaptem para o atendimento a realidade do campo. Também revigorou o debate e a luta sobre a educação do campo.

As iniciativas e implementações de entidades como a Escola Ativa, as Escolas Famílias Agrícolas e Casas Familiares Rurais (UNEFAB e

ARCAFAR), assim como aquelas promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outras experiências municipais demonstram a existência de um acúmulo de experiências que poderão auxiliar na discussão e estabelecimento de ações para a superação dos problemas relativos à Educação do Campo.²

Por outro lado, a luta por uma Educação Pública de qualidade tem sido motivo de grandes manifestações organizadas por diversos movimentos sociais, que além do trabalho da CONTAG e do MST e do - PRONERA³, criado em 1998, para atender as áreas de assentamentos de reforma agrária. Estas entidades desencadeiam uma grande luta para que os povos do campo tenham políticas públicas que garantam e fortaleçam a educação.

Assim focalizada qual a educação para atender as diversidades deste espaço. E ainda que esta seja capaz de respeitar esse território como sendo lugar de vida que gera cultura e saberes fundamentais para a permanência dos povos que vivem nesse espaço. Campo entendido como nas palavras de Fernandes e Molina (2004, p. 68), “um espaço que tem suas particularidades e que é ao mesmo tempo um campo de possibilidades da relação dos seres humanos com a produção das condições da existência social”.

O campo é lugar de vida onde as pessoas podem morar, estudar e trabalhar com dignidade de quem tem o seu lugar, que tem raízes, identidade e cultura. Lugar que não é somente base do agronegócio das grandes fazendas latifundiárias e do monopólio agroindustrial de mercantilização e exploração do trabalhador. O campo é o território do camponês, dos povos indígena, dos afro-descendentes e sobre tudo lugar de vida e de educação.

² Silva, L.H; Morais, T; Bof, A. (2003).

³ O PRONERA – (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) é executado através de uma ampla articulação interinstitucional, que envolve Estado, universidades e movimentos sociais, o objetivo geral do PRONERA é fortalecer a educação nos assentamentos estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias específicas para o campo. O programa tem como essência a preocupação de capacitar membros das próprias comunidades onde serão desenvolvidos os projetos, na perspectiva de que sua execução seja um elemento estratégico na promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável.

Nesse contexto surge a luta por uma Educação do Campo e que primeiramente se faz necessário trazer presente os objetivos a que se propõe a Articulação Nacional Por uma Educação do Campo (1999 p. 78):

Mobilizar o povo que vive no campo, com suas diferentes identidades, e suas organizações para a conquista/construção de políticas pública na área de educação e, prioritariamente, da escolarização em todos os níveis;

Contribuir na reflexão político-pedagógica da educação do campo, partindo das praticas já existentes e projetando novas ações educativas que ajudem na formação de sujeitos do campo.

A partir de então, o poder público passou a reconhecer a necessidade de se estabelecer uma legislação específica de educação para os povos do campo. No âmbito da luta por políticas públicas, foi à aprovação das “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo” (Parecer nº 36/2001 e Resolução 1/2002 do Conselho Nacional de Educação).

Em resumo a Resolução CNE / CEB nº 1, de 3 de abril de 2002 institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo a serem observadas nos projetos das instituições que integram os diversos sistemas de ensino.

Art. 2º Estas Diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam a adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal.

Parágrafo único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-

se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no País.

Uma Política Pública de Educação do Campo deve respeitar todas as formas e modalidades de educação que se orientem pela existência do campo como um espaço de vida e de relações vividas, porque considera o campo como um espaço que é ao mesmo tempo produto e produtor de cultura. É essa capacidade produtora de cultura que o constitui como um espaço de criação do novo e do criativo e não, quando reduzido meramente ao espaço da produção econômica, como o lugar do atraso, da não-cultura. O campo é acima de tudo o espaço da cultura.

Como acontece em âmbito nacional Nas duas últimas décadas, essa denominação vem se expandindo para demarcar o campo, o papel dos sujeitos e a importância da educação na sua formação e do desenvolvimento do campo. Ela traz um conjunto de conhecimentos e práticas que instiga as políticas a compreenderem o campo como um espaço emancipatório, como um território fecundo de construção da democracia e da solidariedade, porque se transformou no lugar não apenas das lutas pelo direito à terra, mas também pelo direito à educação, à saúde, entre outros e essas lutas acabaram por colocar na pauta novas políticas culturais, econômicas e ambientais para o campo, mas não apenas para o campo.

Segundo CALDART a Educação do Campo tem acontecido construída por milhares de educadores distribuídos em todo o Brasil, cada um imprime no seu trabalho a marca de sua origem, o anseio de sua comunidade.

Um dos traços fundamentais que vêm desenhando a identidade do movimento por uma Educação do Campo é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam os seus direitos à educação, e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. (Caldart, p. 4. 2002).

A história da escola do campo é a história da reapropriação desse espaço que foi instrumento de dominação do espaço urbano sobre o espaço do campo. Muito recentemente, somente a partir da LDB de 1996, é que a escola passa a ser reapropriada pelos povos do campo que buscam fazer dela algo que sirva a essa comunidade.

A relação principal que diferencia a escola do campo é essa participação intensa da comunidade, tanto da definição do currículo, dos objetivos, dos conteúdos e do sistema de avaliação. Essa intensa participação da comunidade, nos rumos que a escola tem hoje. É um dos aspectos mais avançados da educação do campo que tem muito a ensinar àqueles que não conseguiram fazer de sua escola um espaço de atuação da comunidade, regra que deveria ser seguida em todas as escolas.

Em termo de currículo, o campo vive uma grande tensão com relação aos recursos naturais. O campo hoje está cercado por desmatamento. Então a escola precisa estar atenta e mostrar maneiras de discutir como é que cada família, cada comunidade ocupa seu espaço geográfico e como as frentes de expansão econômica a pecuária, a soja e até mesmo a cidade que está emergindo como se dá essa ocupação.

A escola trata de legislação e ao mesmo tempo ela está preocupada em incentivar o resgate de produtos da roça. Ela é um projeto da comunidade que busca resgatar as sementes, e também se preocupa com as frutas e principalmente com a escassez de alguns recursos naturais como a falta de água e a própria fertilidade do solo.

2.4.1. A escola do campo traz alguns fazeres importante a sua construção

Procurando identificar alguns princípios que balizem o projeto da educação do campo e que levem em conta as diferenças de cada ciclo de vida e a formação do sujeitos, destacamos alguns que-fazeres importantes a essa construção.

a. Socialização, Vivência de Relações Sociais

A escola é um dos primeiros espaços de convivência social das crianças, estas já vêm para a escola com experiências culturais, valores, costumes e saberes já elaborados. Portanto, a escola precisa compreender essas vivências e saber trabalhar, desde o aspecto individual até o coletivo.

O trabalho pedagógico precisa contemplar esses aspectos, ao tempo em que a escola precisa ser, também ela, uma atriz social em construção.

b. Construção de Visão de Mundo

A educação do campo deve despertar a criticidade em relação ao mundo que nos cerca, com o objetivo de formar sujeitos capazes de intervir no seu próprio destino. Nesse sentido, a escolha dos conteúdos deve levar em conta o processo de formação humana, onde o sujeito faça parte no processo histórico, questionando, sobre sua realidade, buscando refletir sobre teoria e prática nas diferentes etapas de sua vida.

c. Cultivo de Identidades

É uma luta da escola do campo, hoje, assumir e trabalhar a identidade camponesa. Incorporar em seu projeto pedagógico a cultura da população do campo, suas lutas, seus saberes, vinculados ao coletivo e social.

Para isso faz-se necessário, num primeiro momento, resgatar a auto estima, recuperando e valorizando seu jeito de ser. Num segundo momento, trabalhar a memória e a resistência cultural, ou seja, trabalhar a cultura dominante no sentido de resistir a ela e enraizar valores da cultura camponesa no sentido de não se ter “vergonha de ser da roça”.

Outro aspecto a ser trabalhado posteriormente é a militância social. A escola precisa estudar os movimentos sociais, os partidos políticos e outras organizações, no sentido de promover o engajamento dos sujeitos nos

coletivos diversos, desde sua infância até a velhice. O sentimento utópico e revolucionário dessas organizações precisa ser resgatado.

d. Socialização e Produção dos Diferentes Saberes.

A escola, assim como as famílias e outras organizações sociais, produzem diferentes saberes que precisam ser socializados. Esta socialização pode se dar, tanto na própria escola como na família ou nestas outras organizações, de jeitos distintos, sejam eles: culturais (vida, arte, costumes etc.), científicos (pesquisas, produção e publicação de textos, defesas de teses etc.) ou de resultados (partilha) e para os demais processos de apropriação e produção de conhecimento dos sujeitos.

Para essa socialização dos diferentes saberes acontecer, a escola necessita pensar sua metodologia (currículo, material didático etc.) e permitir aos sujeitos essa interação enquanto processo também de humanização, possibilitando construir novas relações sociais entre campo e cidade.

A formação de educadoras e educadores ainda é inapropriada para a escola que queremos, pois ainda se movimenta dentro de grades enquanto que os Movimentos Sociais não.

A participação da família e da comunidade na ação educativa (da escola ou de qualquer outra organização) é, talvez pelas razões anteriormente citadas, distantes e sem a presença efetiva das pessoas nos momentos de tomadas de decisões que afetam suas próprias vidas (seria, também isso, mera pretensão do sistema?).

A população do campo ainda não tem acesso à educação superior, embora suas lutas e articulações sejam, hoje, "Por uma Educação do Campo". Não se trata aqui, de desconsiderar o curso que estamos fazendo, mas, antes pelo contrário, de com ele mostrar, à sociedade em que vivemos, que todas camponesas, que todo camponês tem direito à educação de qualidade em qualquer ciclo de sua vida.

Lutar por transporte escolar é outro limite. Não queremos mais nossas crianças saindo do seu ambiente de vida para estudar, então nossa luta maior deve ser por escolas no campo, para a qual, o processo da nuclearização precisa ser revisto, pois não está dando conta disso. Esse processo vem crescendo muito e parece ser um dos grandes limites a serem superados.

Falar da estrutura de nossas escolas, então... É covardia. O pouco que há neste sentido demonstra um outro limite que é mais do poder público em relação às escolas do campo, do que dos profissionais que nelas atuam ou de seus usuários. Trata-se de laboratórios (de química ou de informática), materiais didáticos, espaços de lazer, bibliotecas ou centros de pesquisa de segunda mão ou pela metade. Tudo o que não presta mais das escolas da cidade, manda-se para as escolas do campo: armários, livros computadores, microscópios, retro-projetores etc., sem mencionar seu corpo docente que, na sua maioria, vem das cidades para “cumprir mais uma carga horária”, sem compromisso com a escola e comunidade.

Diante disso, os Movimentos Sociais Populares vêm, desde sua existência, “botando a boca no trombone” e conseguido, ainda que os passos são lentos, avanços significativos para a implementação de suas propostas.

3. CURRÍCULO E ESCOLA: UM ESTUDO A PARTIR DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL IRMÃ INÊS VAILATTI

3.1 Escola Municipal Irmã Inês Vailatti: Um pouco de sua história e de seus sujeitos.

A Escola Municipal Irmã Inês Vailatti — Educação Infantil e Ensino Fundamental, foi fundada em 1939, funcionando como escola particular, em seguida passou a ser municipal e mantida pelo município de Guarapuava no ano de 1940, tendo como nome Escola de Barreirinho.

Em 1949 então a escola passou a ser chamada de Escola Rural de Barreirinho, fortalecendo que desde seu início essa era mais uma escola que atendia os educandos da zona rural, ou seja, do campo brasileiro.

De 1966 até 1993 a escola foi mantida pela secretaria de Educação do Estado do Paraná. A partir de 1993 com a municipalização do ensino é criada a Escola Irmã Inês Vailatti — Ensino de 1º grau pela Resolução 2120/93 de 22-04-93 que absorveu as quatro primeiras séries do ensino fundamental. Até o ano de 1996 a escola foi mantida pela Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul e em 1997 passou a responsabilidade do Município de Porto Barreiro.

A escola está localizada na rua das Hortênsias S/N. Centro do Município de Porto Barreiro, Estado do Paraná, é mantida pelo poder Público Municipal administrada pelo Departamento Municipal de Educação de Porto Barreiro.

Em seu Regimento a escola coloca que a mesma atende conforme o que está nas Constituições Federal e Estadual, na Lei orgânica do Município, na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional regulamentada através do conselho Estadual de Educação, ministrar a Educação Infantil e as séries iniciais do Ensino Fundamental.

Conforme está subscrito em seu Regimento escolar:

Art. 3º — o Estabelecimento de Ensino oferece aos seus alunos, serviços educacionais com base nos seguintes princípios:

- I — igualdade de condições para o acesso e permanência na Escola, vedada qualquer forma de discriminação e segregação;
- II — liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III — gratuidade do ensino;
- IV — valorização dos profissionais do ensino;
- V — gestão democrática e colegiada da escola;
- VI — garantia de uma educação básica unitária.

Hoje a escola pesquisada conta com 255 educandos, sendo que destes 10% estão na educação infantil e os outros 90% estão distribuídos no ensino fundamental, ou seja, nos anos iniciais da referida modalidade. (Veja no gráfico nº 1). E ainda com um quadro de 25 funcionários. Destes 17 educadores em sala de aula e 2 coordenadoras pedagógicas, 1 diretora, 1 secretária e 4 auxiliares de serviços gerais.

Além dos educandos também foi envolvido na pesquisa as 20 educadoras que atendem esta escola nos dois turnos matutino e vespertino. Todos participaram de diálogos acerca das suas teorias e práticas em momentos de planejamento e cursos de formação. Dez delas, no entanto, tornaram-se sujeitos da pesquisa ao concordarem em contribuir com a investigação, respondendo aos instrumentos de pesquisa, permitindo a observação de suas práticas e suas perspectivas quanto o termo currículo e a relação com a Educação do Campo, estabelecendo reflexões e permitindo a realização da observação em sala de aula.

Estes sujeitos desafiados a assumir na Escola a função de educadora ou educador são do próprio município em que atuam e foram admitidos a partir de concurso Público, conforme a LDB 9394/96, estes foram concursados para vagas no município e no momento estão lotados nesta escola. A maioria veio das escolas que foram fechadas nas pequenas comunidades do município, aqui não foi diferente do que aconteceu com os municípios brasileiros que passaram pelo processo de nuclearização.

O fato das educadoras pertencerem ao próprio município possibilita-lhes maior inserção na realidade das educandas e dos educandos com quem trabalham, assim como lhes facilita a convivência na comunidade, na qual têm a tarefa de desenvolver atividades pedagógicas e acompanhar as discussões políticas e organizativas referente ao seu município.

Das educadoras existentes na Escola Irmã Ines Vailatti apenas 15% possuem mais de 50 anos de idade; 35% estão na faixa etária entre 40 e 50 anos e 50% dos 30 aos 40 anos. (Observe o gráfico nº 2). Estas educadoras têm uma forte identidade com o campo o que tem provocado, por um lado, certa confiança dos pais, no início do processo de escolarização e da educação que realizam, e, por outro, uma profunda força advinda da disponibilidade do trabalho, o que é inerente ao educador camponês.

O trabalho em educação no município tem possibilitado a participação e implementação da educação do campo e tem sido espaço de formação humana e aceitação do campo com lugar de vida. Podemos sentir isso ao observar os educadores que cada vez mais se mostram interessados em mudanças.

É importante destacar que a Escola Irmã Ines Vailatti vem sendo assumida pelo coletivo feminino o que demonstra preocupação, o que não supera a idéia de que, atuar nos anos iniciais da escolarização é função apenas de pessoas do sexo feminino.

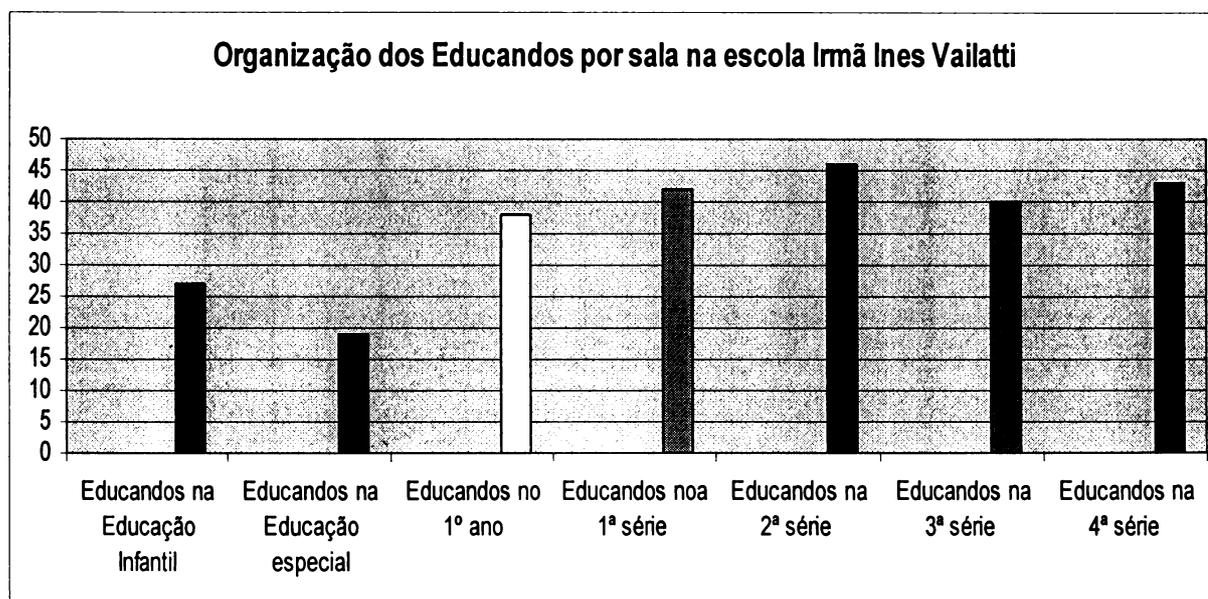
Esta constatação pode ser comprovada ao traçar um paralelo e um comparativo com o quadro do número de educadoras e o número de educadores existentes no município de Porto Barreiro, pois nas escolas municipais do município estudado, o número é bem desproporcional. O gráfico 3 (na página seguinte), traça este paralelo e nos permite visualizar que a inserção de educadores do gênero masculino na ação educativa dos anos iniciais de escolarização é muito pequena.

Todas as educadoras vivem em processos de formação permanentes em cursos oferecidos pelo Departamento Municipal de Educação,

com ênfase na proposta de educação do campo são feitos planejamentos, seminários e grupos de estudos e, ainda muitos continuam seu processo de escolarização. Os gráficos a seguir contêm dados indicativos da escolaridade de educadoras e educadores.

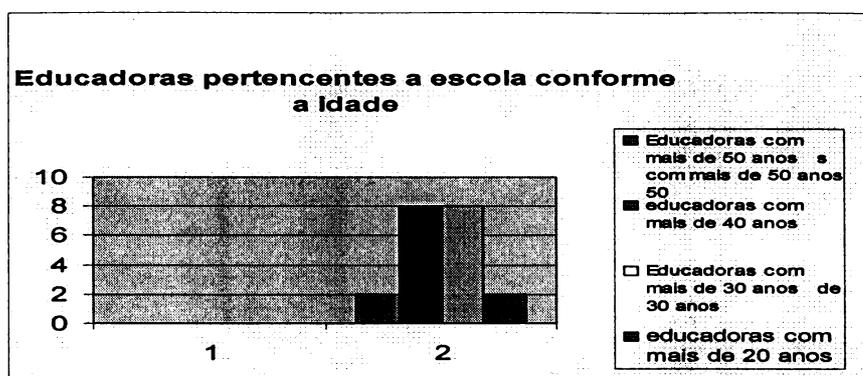
No Gráfico 4 (igualmente na próxima página), podemos perceber que a grande maioria – 80% – das educadoras existentes, possuem o Ensino Superior, três educadoras com Pedagogia -15% - e treze cursaram o ensino superior a distância – 65% -uma cursou o magistério na escola normal e não quis fazer curso superior – 5%, duas fizeram o Projeto HAPRONT. (Habilitação para Professores não Titulados) – 10% - e uma fez CND. Curso Normal a Distância – 5%. A escola conta hoje com 75% de suas educadoras com Pós-graduação o que elevou o nível de formação dos educadores. (Gráfico na p. 35)

Gráfico nº 1



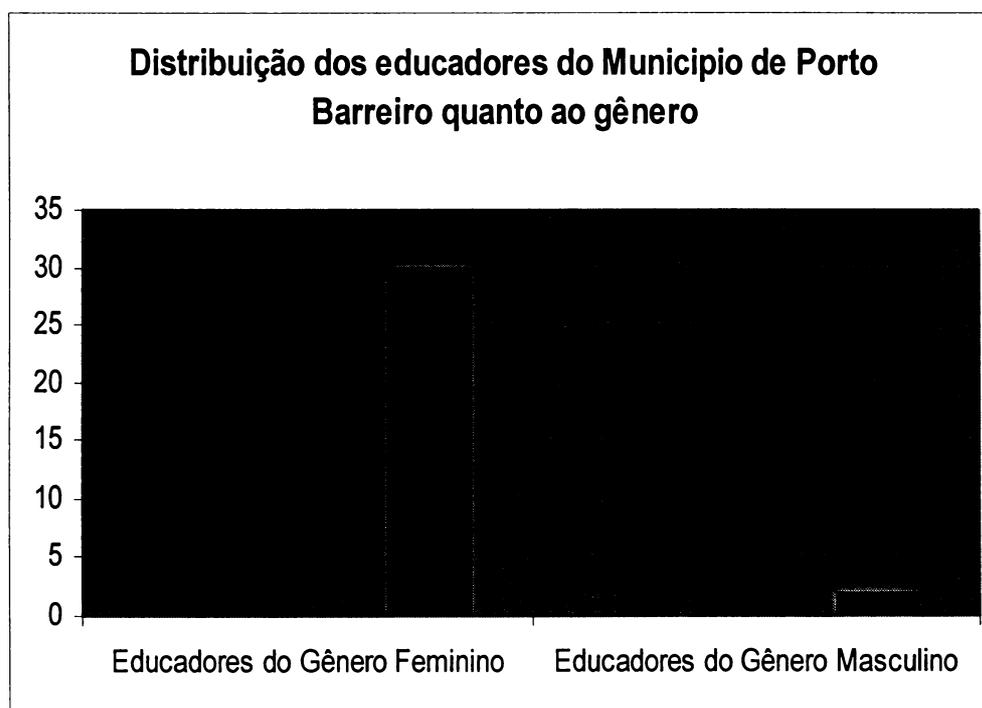
Fonte: Matrícula 2008

Gráfico nº 2



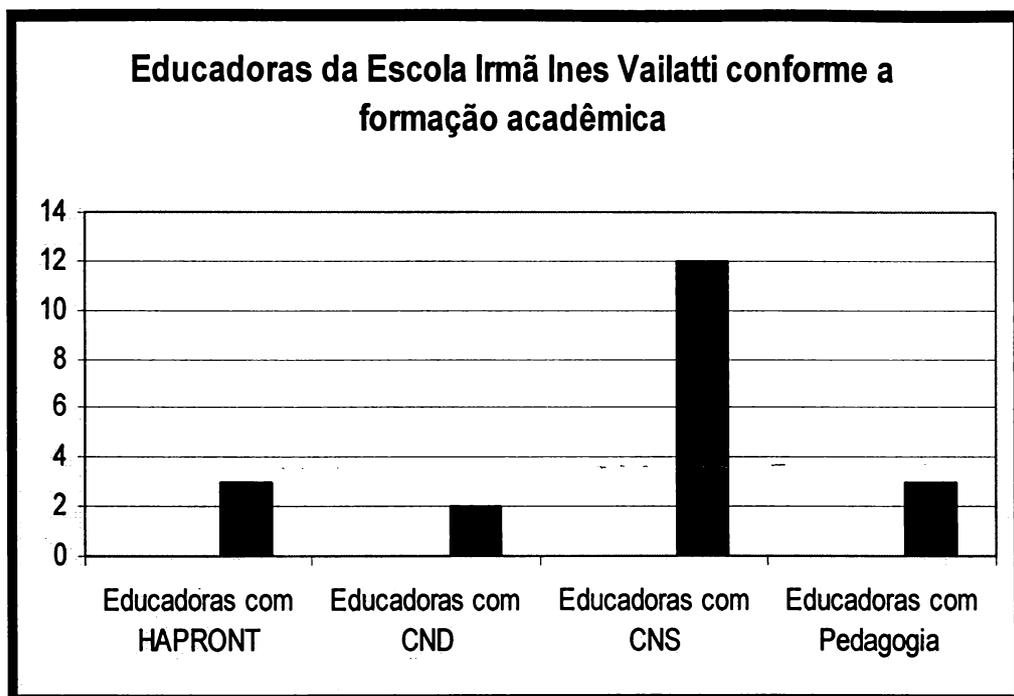
Fonte livro ponto das Educadoras 2008

Gráfico nº 3



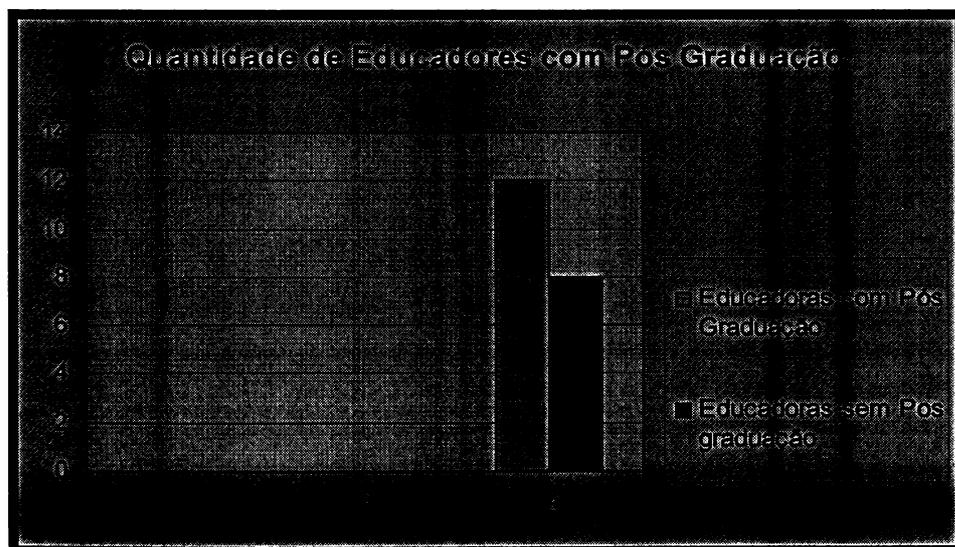
Fonte folha de Educadores do Departamento de Educação municipal

Gráfico nº 4



Fonte folha de Educadores do Departamento de Educação municipal

Gráfico nº 5



Fonte: folha de Educadores do Departamento Municipal de Educação

Ao retornar a História das comunidades do entorno da Escola com o Projeto Comunidade, Família e Educação⁴, foi relacionadas à história vivida no passado com os dias atuais, principalmente nas mudanças ocorridas após a nuclearização.

Do ponto de vista das comunidades a ida das escolinhas para a Escola Irmã Ines Vailatti só afastou as comunidades desfortalecendo e fazendo com que as mesmas percam a identidade e a própria autonomia. Ouvindo os educadores de uma dessas comunidades “fiz 30 anos de serviço no município e, se tivesse aqui, não tinha fechado a escola, resistimos muitas vezes. No primeiro momento da nucleação, foi a única escola que resistiu e não deixou fechar, só fechou em 2005 e ainda porque o professor adoeceu”.

3.2 Projeto Político Pedagógico e o Currículo da Escola.

Para pensar a escola e seu currículo, precisamos antes de tudo conhecê-la bem, isto é, analisar suas relações, suas raízes, seus fundamentos, seu cotidiano, e refletir sobre qual seria realmente sua função. A origem do sistema educacional é burguês tudo foi concebido dentro da lógica burguesa e está presente dentro dessas classes. Veja o que nos diz André:

Conhecer a escola mais de perto significa colocar uma lente de aumento na dinâmica das relações e interações que constituem seu dia-a-dia, apreendendo as forças que impulsionam ou que a retêm, identificando as estruturas de poder e os modos de organização do trabalho escolar, analisando a dinâmica de cada sujeito nesse complexo interacional. (ANDRÉ, p.111. 1995.).

A escola em seu Projeto Político Pedagógico está impregnada dos valores, dos procedimentos e das características do contexto em que faz parte. No entanto, se faz necessário que primeiramente analisemos essa sociedade. E assim, construída pela sociedade ela tenta se construir num processo dialético.

⁴ Este Projeto desenvolvido no Município de Porto Barreiro PR, desde 2006. Busca atingir como centralidade primeira às comunidades e núcleos escolares, provocando um “movimento” em que a comunidade passa a ser a protagonista de sua história. E é neste que o município iniciou seu trabalho com Educação do Campo.

A situação que se encontra a comunidade de porto Barreiro as pessoas sentem-se perdidas em suas raízes. Apesar dos sujeitos possuírem suas raízes ligadas ao campo, mas a diminuição de incentivo e a mecanização do campo fizeram com que as pessoas migrassem para a sede, e muitas para outras cidades em busca de mais conforto. Ao migrarem houve um esvaziamento das comunidades e a perda de identidade.

É neste contexto social que a escola em estudo está inserida. E que para atender essa demanda está reformulando o seu Projeto Político Pedagógico. Então o Departamento de Educação municipal, a partir de 2006 passou a ouvir a comunidade escolar para enfatizar em seu novo Projeto mudanças e principalmente que existe uma cultura local, uma religiosidade, uma política econômica e social capaz de manter esse espaço como lugar de vida, de gente que luta e que tem orgulho de suas raízes.

Compreender o lugar da escola na Educação do Campo é compreender que ser humano ela precisa ajudar a formar, e como pode contribuir com a formação dos novos sujeitos sociais que vêm se constituindo no campo hoje. A escola precisa cumprir a sua vocação universal de ajudar no processo de humanização das pessoas, e com as tarefas específicas que pode assumir nesta perspectiva. Ao mesmo tempo é chamada a estar atenta à particularidade dos processos sociais do seu tempo histórico e ajudar na formação das novas gerações de trabalhadores e de militantes sociais. (Caldart, 2002, p. 29).

O trabalho desenvolvido no município e, amparado pelos movimentos sociais são iniciativas que demonstram a existência de um acúmulo de experiências que não podem ser desconsideradas no momento de definição de políticas de educação do campo. É nesse conjunto que temos recriado o sentido do campo, para implementar a própria Educação do Campo a fim de desafiar a escola para que as mudanças ocorram no seu interior e fora dela.

Uma questão importante está sendo à entrada das diretrizes da Educação do Campo na agenda da luta e do trabalho do governo municipal. Que através de novos projetos procura formar no município um número cada vez maior de movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras do campo. Esse é o principal motivo que vem acontecendo à inclusão da Educação do Campo na agenda do governo municipal.

Segundo Caldart provocar o debate sobre educação entre todos os diversos sujeitos do campo:

Discutir o direito a educação, mas também o jeito de construir uma pedagogia que forme e cultive identidades, auto-estima, valores, memória, saberes; que trabalhe com os processos educativos de continuidade, mas também de ruptura cultural, e de Projeto; de olhar para o passado para construir novas possibilidades de futuro... Ser educador é ajudar a construir com cada sujeito uma pedagogia capaz de formá-lo como ser humano e como sujeito social, uma pedagogia que se desenvolva nas diversas práticas que compõem o cotidiano deste povo incluindo a escola. (Coleção Por uma Educação do Campo, nº4; p. 132. 2002)

Além do que já vinha sendo desenvolvido em nosso município para melhorar a socialização entre as pessoas, tais como: campeonato de futebol masculino e feminino, campeonato de voleibol, festival de música, festa folclórica, desfiles e bailes comemorativos, feiras culturais e festas comunitárias em homenagem aos santos padroeiros. Temos ainda a gincana cultural dos pequenos agricultores, os seminários de educação, a festa alusiva ao aniversário do município. Tudo isso faz com que as pessoas tornem-se solidárias ocorrendo à troca de experiências até mesmo entre as comunidades.

A escola busca manter a cultura e até mesmo hoje ela procura resgatar os costumes. Um dos principais fatores da cultura camponesa é a preservação do meio ambiente. Este tema é trabalhado através de atividades práticas e também com textos em sala de aula.

O currículo da escola é elaborado por disciplinas. Nesta organização, observando as anotações dos professores e sua prática no dia a dia foi possível perceber que os professores também se utilizam projetos. Sendo assim eles procuram fazer de maneira interdisciplinar. Através de um tema que traz temáticas de seu cotidiano é possível ele faz a integração entre as disciplinas.

Quando o professor não faz essa relação corre o risco de fragmentar esse conhecimento. A dificuldade nesse processo educativo é muito grande. Quando um professor a cada duas horas muda a disciplina é como se fechasse uma gaveta e abrisse outra. O conhecimento passa a ser dado em pequenas doses.

Ao integrar as disciplinas no currículo a escola utiliza projetos. A integração através de tópicos e idéias entre as disciplinas favorece o trabalho por centro de interesses. Isso leva o educando a ampliar sua perspectiva de mundo e entender que o mesmo está em constante mudança.

No projeto político pedagógico da escola está presente as Diretrizes Curriculares Nacionais, tanto a de educação infantil como a de ensino fundamental e nestas há alguns elementos para ser levado em consideração na hora da avaliação do currículo. Esse caráter mais amplo de discussão traz elementos de princípios que são éticos, políticos e de ordem estética.

Estes são apontamentos mais amplos que as diretrizes vão regular. Como trabalhar estes elementos presentes na educação. Elementos que dizem respeito à idéia de ética, de valores, normas genéricas que estão presentes no Projeto Político da escola. Valores que vão tratar do respeito à solidariedade, ao bem comum. No caso da política valores que dizem respeito à cidadania, a identidade do educando como elemento ativo dentro da sociedade e identifique sua posição política.

Finalmente o princípio estético, idéia de sensibilidade, buscando proporcionar no educando determinados elementos culturais e que o mesmo saiba fazer análises mais profundas de seu meio e também despertar o caráter estético do belo do feio através da sensibilidade. Esses são elementos que estão intrínsecos na proposta da escola.

Além desses princípios, o Projeto político pedagógico propõe a Base Comum Nacional para os conteúdos a serem trabalhados. Justamente os objetivos são organizados nesta base comum para que se garanta dessa maneira a equidade, o mínimo de condições com qualidade para que se amplie o conhecimento do aluno.

Esta base comum está organizada por disciplina isto é necessário para que o educador entenda com detalhes o que é proposto e possa trabalhar em sala de aula. Estas são propostas didáticas metodológicas que assumem também um caráter avaliativo e que serão trabalhadas conjuntamente.

A escola tem em seu projeto político pedagógico uma proposta vinculada à idéia de cidadania e esta por sua vez veicula a idéia de coletividade, de democracia tudo passa por uma base discussão para chegar a uma idéia definitiva.

Discorrendo, um outro item, é a política de escolha de diretores que no caso da Escola Irmã Ines Vailatti, a partir do ano de 2007. Além das várias alterações de mudanças de local, de espaço físico escolar também está ocorrendo a mudança de gestão por indicações “política – partidárias” para a direção⁵. Esta já é um grande avanço conquistado pela educação de Porto Barreiro. A escola Irmã Ines Vailatti está se tornando a 1ª escola a exercer essa democracia.

3.3 A organização do trabalho pedagógico da Escola

A escola Irmã Ines Vailatti está passando por uma reformulação de seu Projeto Político Pedagógico e a implementação de uma nova proposta com ênfase na Educação do Campo, proposta esta que busca respeitar a diversidade de cada um de seus educandos e o desafio a ampliar seu conhecimento.

Planejar é fundamental é por meio do planejamento que se elabora o próprio currículo da escola. Este processo em Porto Barreiro é feito com o coletivo da educação que procura envolver todos na busca de: informações, elaboração de propostas, encontro e discussões, reuniões e decisões e avaliação permanente.

Essa tarefa envolve todos os educadores e está além de preparar aulas, mas é um conjunto de atividades que são planejadas e refletidas pela escola. Como o educador/a estão dentro do processo juntos buscam estratégias e intervenções que a escola vai adotar para sua realidade. Podemos dizer que todo o trabalho de elaboração da nova proposta é o que está movendo a escola em termos de organização.

⁵ Na Rede Municipal de Porto Barreiro, com a Lei 230/2007 vai ocorrer eleição para diretores/ as de escola, sendo que as escolas precisam ter, no mínimo 81 educandos/as, votando um pai ou uma mãe ou responsável e educandos/as com mais de 16 anos, professores/as, cada um tem o direito de um voto.

Na escola Irmã Ines este planejamento é flexível, pois apesar de ser planejado previamente com a prática pode ser avaliado e mudado isto pode ser ilustrado pelas colocações de Sacristan:

Como ensinar, e tudo o que se refere ao currículo, não é uma atividade submetida a leis físicas deterministas, é importante fazer a pergunta não apenas de que tipo de plano permitem, devido à natureza de processos sociais, mas também em que medida queremos que o esboço prévio determine a prática; (SACRISTAN: p. 200. 1998).

Nessa perspectiva a proposta curricular é debatida com todos os educadores do município, inclusive os da escola Irmã Ines. Para esse debate foi tirado um dia da Semana Pedagógica ⁶. E nesse dia todos discutiram quais conteúdos são essenciais para fazer parte do currículo. Após a decisão o Departamento Municipal digita o material e repassa as escolas tal qual foi a decisão no coletivo. Mas ainda a escola pode fazer ajustes e adaptações conforme a sua realidade.

Veja como ficou a proposta no Anexo 1. A grade curricular proposta para este ano é fundamentada no referencial teórico que inclui um projeto de desenvolvimento local. E que tem a perspectiva de preparar os educandos para terem respeito com a sua comunidade e que não se sintam envergonhados em viver no campo. Além do mais que sejam capazes de se estabelecer como sujeitos de seu próprio destino.

Paralelo aos conhecimentos escolares proposto no anexo 1 a escola não pode deixar de trabalhar à ética, a pluralidade cultural, orientação sexual, meio ambiente e saúde. O objetivo desses temas é ajudar num desenvolvimento mais pleno de seus educandos.

Também o plano de aula faz parte do currículo da escola. E é a previsão dos objetivos e tarefas do trabalho docente para um dia ou uma semana. Esse documento não é tão elaborado no qual aparecem objetivos específicos, conteúdos e desenvolvimento metodológico. Alguns planos de aula contem até os exercícios que os professores vão trabalhar com os educandos em sala.

⁶ Semana que antecede o início do ano letivo, conforme o calendário escolar.

Geralmente é feito durante a semana na hora atividade do professor. Com as informações necessárias e algum tipo de experiência anterior de planejamento, o professor procura preparar sua aula com a segurança necessária para sua aplicação sempre levando em consideração a sua realidade.

Nas observações percebi que o educador desenvolve o seu plano de aula, a partir do referencial enviado pelo Departamento Municipal de Educação que ele ajudou a elaborar. As unidades e subunidades que foram previstas em linhas gerais são agora especificadas e sistematizadas para uma situação didática real. O plano de aula é a previsão do desenvolvimento do conteúdo para uma aula ou conjunto de aulas e tem um caráter bastante específico. É um detalhamento do plano curricular.

A preparação das aulas é uma tarefa indispensável e, assim como o plano de currículo, deve resultar num documento escrito que servirá não só para orientar as ações do educador como também para possibilitar a ele uma comprovação de sua ação junto ao educando. Uma aula subtendendo-se como sendo quatro horas de aula que o educador vai subdividir nas matérias que estão no plano curricular.

Também observei que na preparação das aulas, o educador é bem detalhista ele se preocupa em reler os objetivos gerais da matéria e a seqüência de conteúdos do plano curricular. Ele procura não esquecer que para dar continuidade a uma matéria nova, a anterior deve estar muita bem alicerçada.

Outra observação que me chamou a atenção foi o fato de o educador quer preparar aula para todos os dias da semana, mesmo sabendo que ele não vai conseguir terminar numa só aula o desenvolvimento que ele havia preparado. No entanto ele se preocupa com o conjunto de aulas para a semana.

Na escola Irmã Ines o plano de aula conta com a participação do Pedagogo isso é para evitar que um educador tenha que pensar tudo sozinho. Pensando nisso, a escola adotou um calendário de horas atividades que o educador irá fazer sempre com um outro. Por exemplo, os dois de educação infantil os dois das duas primeiras séries, os dois de artes e recreação, o educador

da 3ª e 4ª série, pois assim os mesmos podem trocar experiências e enriquecer suas aulas com novas sugestões.

A elaboração do plano de aula é tratada com bastante carinho, pois além do professor o coordenador pedagógico também está envolvido. É a ponta desse planejamento que vai tocar diretamente a relação educador/a e educando/a. Portanto visa especificamente à produção de conhecimento, junto com a educação da pessoa humana. Também aqui todos sabem que o imprevisto pode ser fatal.

Na escola tem também um tipo de planejamento é o feito por Temas ou Projetos que irão ser desenvolvidos conforme as necessidades pedagógicas da escola. E durarão conforme a especificidade de cada tema. Geralmente estes não duram mais de quinze dias, depende da potencialidade geradora do tema.

Como um apelo da comunidade para os quatros bimestres do ano de 2008 foi previsto alguns temas relevantes ao calendário escolar. Esses temas vão ser desenvolvidos em todas as turmas conforme a especificidade de cada uma. Com a finalidade de ajudar a repensar o modelo de desenvolvimento e a inclusão das pessoas em um novo modelo

No Marco Operacional do novo Projeto Político Pedagógico está se propondo que a escola trabalhe grandes projetos que abram o currículo para além da escola. A idéia que o Departamento Municipal de Educação Propõe, seria de 4 grandes projetos, um cada bimestre: exemplo

- 1º Bimestre: **A festa da colheita;**
- 2º Bimestre, **Festas Caipiras;**
- 3º Bimestre: **Feira de Troca de Sementes;**
- 4º Bimestre: **O Município de Porto Barreiro.**

Segundo o que está colocado na Proposta Pedagógica para as escolas municipais de Porto Barreiro os grandes temas, citados acima seriam estratégias para romper com as barreiras das disciplinas, trabalhar a partir do contexto para se compreender as relações como um todo, valorizando os saberes

e as culturas dos povos do campo; “Pensar a educação vinculada à cultura significa construir uma visão de educação em uma perspectiva de longa duração, ou seja, pensando em termos de formação das gerações. E isto tem a ver especialmente com a educação de valores. (Caldart, 2002; p.10)” (Trecho retirado do Marco Operacional do Projeto Político Pedagógico do Município de Porto Barreiro, 2008).

3.3.1 A organização dos tempos e espaços escolares

Para pensar em uma nova proposta é importante ressaltar que no: “Marco Operacional do novo Projeto Político Pedagógico há uma preocupação com a organização escolar. Outra preocupação é adequar espaços e a realidade vivenciada ao que se propõe desenvolver enquanto proposta de educação, visando com isso um processo educacional emancipador e libertador. Conforme ressalta CALDART”:

Emancipar politicamente os camponeses, como resultado do processo vivido, que é formador é uma das tarefas do Movimento Social vinculado às classes populares, pois ao mesmo tempo em que mobiliza cada sujeito para a luta social, constitui novos sujeitos com capacidade de empreender lutas mais amplas, aprofundando-as e recriando-as, pois a superação de necessidades básicas faz emergir outras no processo de emancipação. (GHEDINI, 2007, p. 46).”.

No ano de 2007 a escola voltou às origens, passou a funcionar no antigo espaço que era ocupado pelo Colégio Estadual Gabriela Mistral de Ensino Fundamental e Médio. Esse espaço a escola havia perdido com a municipalização de ensino e posteriormente com a emancipação do município.

Esse espaço é dividido em dois pavimentos um abriga quatro salas de aula, secretaria, sala de coordenação pedagógica, sala para os professores e um pequeno corredor de acesso às salas, dois banheiros e ligado ao pavimento há uma sala maior que é usada para reuniões com a comunidade.

No outro pavimento têm mais três salas de aula, sanitários para os/as educandos/as. Possui um saguão para unir os dois pavimentos e uma cozinha com despensa para guardar os alimentos da merenda escolar.

Possui um amplo pátio, cercado por muros e alambrado, várias árvores de sombra, este espaço é usado para a recreação das crianças na hora do recreio. Nesse pátio foi construído um mini parque infantil aproveitando o próprio tronco de algumas árvores que estavam muito velhas e precisavam ser derrubadas. Também foram utilizados outros materiais como troncos de eucalipto e pneus. Veja a foto a seguir:



Construção do Paque Infantil – Escola Irmã Inês vailatti de Porto Barreiro

A carga horária desenvolvida na Escola Municipal Irmã Ines Vailatti de Porto Barreiro, segue o que a LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, artigo 24:

I— A carga horária mínima anual será de oitocentas (800) horas, distribuídas em no mínimo duzentos (200) dias de efetivo trabalho

escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

A divisão do tempo é um elemento importante na reorganização da vida escolar, existe horário para estudos em sala de aula e sobre esse o educador tem total autonomia. Ao observar como o educador usa esse tempo verifiquei que ele divide as horas com as atividades que ele programou para o dia e procura fazer uma ligação entre as mesmas, como se uma fosse a seqüência da outra. Essa divisão de tempo facilita a relação existente entre os conteúdos.

Um outro fator é o momento da hora atividade do educador⁷. Neste momento as/os educandas/os não ficam desamparados eles têm artes e recreação trabalhada por um outro educador disponibilizado para atender a criança. Para esse atendimento foi elaborado um horário para o atendimento dos educandos.

Também a escola tem o reagrupamento por necessidades dos educandos. Estes vão ser trabalhados em grupos conforme a necessidade de cada grupo. Estes agrupamentos são realizados um período de 2 horas consecutivas uma vez por semana neste momento ocorre o rodízio dos educadores/as que visam um melhor rendimento dos/as educandos/as em relação a sua aprendizagem.

Segundo Vygotsky a convivência da criança, com outras que tenham potenciais diferentes é de suma importância para o aprendizado escolar da criança. Para ele é nessa interação que um ensina e ajuda o outro a crescer no conhecimento observe o que Vygotsky nos diz:

Na medida em que, em interação com outras pessoas, a criança é capaz de colocar em movimento vários processos de desenvolvimento que sem a ajuda externa seriam impossíveis de ocorrer. Esses processos se internalizam e passam a fazer parte das aquisições do seu desenvolvimento individual. É por isso que ele afirma que aquilo que uma criança pode fazer com assistência hoje, ela será capaz de fazer sozinha amanhã. (Vygotsky in REGO: p. 74. 1995.).

⁷ Conforme o que ficou estabelecido no Plano de Carreira Municipal que a jornada de trabalho é de 20 horas sendo 16 horas de docência e 4 de Hora Atividade a serem desenvolvidas na escola.

É realizada pela educadora uma sondagem para verificar qual o nível de conhecimento de cada um de seus educandos. Então eles são agrupados em torno das necessidades mais próximas e com o reagrupamento busca viabilizar o desenvolvimento e a aprendizagem a partir de cada um e do coletivo

Ainda na escola tem o recreio pedagógico que acontece três vezes por semana. Além do tempo normal de recreio que é de 15 minutos, que normalmente é usado para o lanche. Os educadores, os/as educandos/as ficam mais 15 minutos em um recreio dirigido pelos educadores que realizam atividades diferenciadas. Essas atividades podem ser trazidas pelos próprios educandos ou também através de um resgate de brincadeiras. Esse recreio tem envolvido todos da comunidade escolar.

O recreio pedagógico veio como sugestão pelo Projeto Político Pedagógico do Município. No entanto a escola passou a adotar como uma opção para se dinamizar as relações dentro do ambiente escolar, pois na fase em que se encontram os educandos atendidos, eles têm a necessidade de queimarem as energias.

Neste sentido todas as educadoras planejam as brincadeiras para que todos os/as educandos/as participem. E com essa metodologia seja possível trabalhar a união o respeito, a cooperação e por que não o divertimento. Precisamos transformar as escolas em espaços mais alegres divertidos, onde as crianças realmente se sintam crianças.

As brincadeiras realizadas são as que todos conhecem como peteca, pular corda, brincar de roda, Karaokê, danças, amarelinha, balanço, pular pneu, bambole, corrida do saco, dança da cadeira, ovo choco, Em fim as atividades a serem realizadas no recreio deve ser variadas, planejadas para atender todos os educandos/as não havendo exclusão, mas respeitando os limites, idades das crianças envolvidas.

Segundo uma educadora, “com o recreio pedagógico as crianças estão mais calmas em sala de aula”. Outra educadora diz que “aumentou o respeito entre o educador e o educando e houve uma melhora na aprendizagem, pois eles ficaram mais atentos e participativos”.

Ao observar um dos recreios da escola foi possível perceber que as crianças adoram esse momento porque eles têm uma educadora com eles e nesse momento. Quando eles retornam a sala de estudo eles estão calmos e dispostos a continuar suas atividades de aprendizagem. Um deles disse “nesse recreio todos nós brincamos e não brigamos”.

3.3.2 Como a escola é vista pelas famílias e como está a relação entre escola e família

Tendo em vista o estudo da relação entre escola e família realizada para a construção dessa pesquisa foi possível verificar alguns apontamentos referente sobre a visão da família em relação à educação, a escola e sua função social. Foi possível verificar que não há muita relação entre essas duas instituições. A escola vê a família como uma entidade à parte na formação dos seus educandos. A escola não busca conhecer os argumentos dos pais e nem que trabalhos estes desenvolvem em casa para ajudar seus filhos na aprendizagem. E a família por sua vez não busca conhecer o trabalho da escola com a educação.

Para tal questionamos dez famílias de nível de escolaridade diferentes, entendemos que esse é um número muito pequeno, para se levar em conta em uma análise ou para concluir algo. No entanto pensamos que esse número atende satisfatoriamente o nosso interesse, tendo em vista que é apenas uma amostragem para a conclusão do nosso trabalho.

Nas entrevistas realizadas com as famílias, procuramos levar em conta os fatores sócio-econômicos e culturais das mesmas, entendemos que a forma como cada qual pensa ou age está extremamente ligada a esses fatores.

O objetivo desta pesquisa foi analisar e compreender a relação da família com a escola, pela nossa concepção, é um direito do cidadão e um dever do Estado e isso implica entender o significado do Estado e as relações entre os

indivíduos e o mesmo, compreendendo que a educação escolar difere da educação familiar.

Então elaboramos um questionário informal para realizar com as famílias. Sendo assim, procuramos saber das famílias qual a importância de uma criança saber ler e escrever. Ao fazer a análise das respostas concluímos que saber ler e escrever é de fundamental importância para o desenvolvimento do conhecimento cultural, social e ter um futuro com mais dignidade.

Ao serem questionados se o que a escola ensina tem sentido para a vida da criança, quase todas as famílias responderam afirmativamente que sim. Um dos pais acrescenta que a escola está um tanto sobrecarregada de outras tarefas que não diz respeito a sua função “assistencialismo”.

Procuramos saber quais os materiais de leitura sua família tem acesso, dessas famílias todas colocaram que têm acesso a jornais, revistas, livros, boletins informativos, “uma citou que o único contato com a leitura é através do folheto usado na liturgia dominical”.

Quando questionados até que série sua família estudou, se obteve várias respostas; o que veio comprovar que a grande maioria não tiveram acesso ao ensino superior. Os alunos pesquisados vêm de várias culturas e níveis sócio-econômicos diferentes.

Perguntamos sobre o que gostaria que seu filho apreendesse na escola quase todos responderam que gostariam que seus filhos “aprendessem a ler e a escrever, as quatro operações e a tabuada”. Sendo, que dois dos entrevistados desejam que seus filhos “façam uma leitura de mundo, que a escola deverá ensinar as crianças a terem uma autocrítica de tudo o que ela conhece e ouve. Que a escola deve ensinar para a vida”.

Procuramos saber das famílias se seus filhos apresentam alguma dificuldade de aprendizagem. Dessas famílias uma respondeu que “a escola não contribui para a efetivação do desenvolvimento integral de seu filho, e citou, a falta de profissionais capacitados para perceber o que a criança está tendo

necessidade”. Outra disse: “que a escola não ensina o aluno ir buscar de informações”.

Quando perguntados, o que a escola pode fazer na formação de seu filho. Os pais falaram que a escola deve se preocupar em motivar, estimular e proporcionar a busca do conhecimento, preparando para viver em sociedade e suas exigências. “Estamos vivendo em um mundo globalizado é preciso que nossos filhos estejam preparados para enfrentá-lo”.

Ao perguntar, como a escola pode mudar para melhor atender seu filho. Recebemos as seguintes respostas “os professores estão participando de vários cursos de formação para melhorar o ensino aos nossos filhos”. Outro se referiu ao “espaço físico e priorizar o tempo do professor em preparar aula e deixar o assistencialismo para outras entidades, menos a escola, que acaba discriminando certos educandos”. Outro colocou “que alguns professores estão buscando sua profissionalização. Mas com relação ao prédio e as condições precárias que ele oferece realmente os professores demonstram grandes competências, no que se refere a aprendizagem”. Desses houve os que preferiram não opinar.

Ao descreverem como é a educação que a escola oferece a seu filho, se concordam ou discordam. As famílias descreveram que a educação é boa. Procura ouvir a criança. Um pai respondeu que: “sim concordo, porque o ensino de hoje é diferente daquele que eu tive, é mais completo, com professores mais capacitados”. E um foi além colocou: “que acompanha e não tem do que reclamar, se não fosse o local ser improvisado”.

Quando perguntamos aos pais se eles ajudam seus filhos em casa, todos responderam que sim, se eles não fazem, o irmão mais velho faz. Ao responderem porque: a maioria disse que ensinam, para que a criança aprenda melhor. Um respondeu que ajuda “porque talvez a forma que o conteúdo foi trabalhado, não foi bem explicado na sala de aula, de forma, que a criança entendesse como resolver”.

Ao ser perguntado, porque matriculou seu filho na escola, as repostas foram variadas e coerentes com a função da escola. “Para receber encaminhamentos de aprendizagem, o mundo exige que saibamos ler e interpretar, para nos tornar cidadãos dignos, de estar em contato com a sociedade, ser uma pessoa inteligente e estar sempre preparado para os fatos da vida diária”. Um pai deu a seguinte resposta: “Para que meu filho aprenda conteúdos importantes a sua formação e crescer no conhecimento e aprendizagem”. Uma mãe colocou: “que a escola é a única forma legal do conhecimento ser adquirido na nossa sociedade”.

Quando questionados, quanto aos conteúdos como seu filhos está se saindo: todos os questionados disseram que poderia ser melhor. “A forma que vem sendo repassado, os professores deveriam explicar melhor e cobrar mais”. Outro já coloca que: “pela idade da criança sua aprendizagem está boa. A criança quando não sabe se preocupa em perguntar de novo, pelo que sei a professora sempre procura explicar novamente”.

Durante a análise dos questionamentos feitos as famílias, percebemos que para alguns pais a escola é o local de transmissão e produção de conhecimentos. E para outros, é na escola que a criança se tornará um cidadão educado e apto ao mercado de trabalho. A escola é vista como um meio de ascensão ao mercado de trabalho exigido pela sociedade. É na escola, também, que as crianças aprendem os valores da vida, tendo como suporte a família”.

Dentro desse contexto a aprendizagem das crianças é um dos objetivos mais almejados pelos familiares. Muitos deles depositam na escola o sonho para o futuro de seus filhos e acreditam que é através da escola que os mesmos terão acesso aos conhecimentos, habilidades e valores científicos considerados relevante no meio social em que vivem, onde o diploma tem importância fundamental.

Com base nestas análises, nossa proposta foi refletir sobre os diversos aspectos envolvidos na condição da escola e ressaltar que, embora ela esteja ligada a múltiplos fatores internos do sujeito, ela está sobremaneira

sustentada pelo meio familiar, e social no qual o sujeito está inserido e, ainda, que a forma como esses diferentes sistemas, em especial a família lidam com essa condição, terá um papel decisivo na condição e na evolução do processo escolar.

3.4 Que conhecimentos, para que sujeitos?

Esta escola não quer sujeitar o campo ao agronegócio (modelo de agricultura vigente desde a chamada “Revolução Verde”), mas formar sujeitos capazes de analisar, fazer a crítica, resistir, projetar e intervir nos processos identificados como de exclusão, a fim de implementar outros Projetos de Vida possíveis.

Sendo assim a escola tem uma nova proposta curricular conforme o anexo 1, já citado acima.

Para CALDART (2004: p. 395) A escola passa ter um sentido político, econômico, cultural etc., porque estão ligadas as diversas dimensões do ser humano, onde a escola precisa garantir como princípio educativo às relações de trabalho.

Nesta perspectiva o Departamento de Educação ouviu os educadores, os pais e a comunidade em geral, propiciando espaços efetivos de participação e sugestões para a construção do Projeto Político Pedagógico.

Ao buscar essa nova proposta através do diálogo e da reflexão em torno da ação educativa. Foi possível avançar na construção de um Projeto Político Pedagógico do e para o campo, tendo a escola existente como referencial nessa luta.

A educação que a escola se propõe para os educandos/as em Porto Barreiro, está embasado nos princípios da gestão democrática, com a participação efetiva dos pais e da comunidade em geral, para que juntos possa se pensar e colocar em pratica uma educação mais significativa.

A escola tem que assumir os desafios de construir sua identidade

de escola do campo e isso deve começar ao aprofundar questões da agricultura familiar, enquanto função social e emancipadora de pessoas. Para elaborar o currículo dessa escola temos que entender que o conhecimento não está pronto e juntos precisamos buscar.

Nesta forma de se pensar a educação a escola valoriza mais os seus projetos e ações que são desenvolvidos no coletivo, pois nestes residem o segredo de uma educação transformadora e que faça a diferença na vida da comunidade escolar.

3.5 Avaliação: classificação ou formação humana

Ao observar o trabalho realizado a partir do que está no projeto verificou-se que os educadores se utilizam uma pluralidade de avaliações. A mais usada é a avaliação constante e periódica. Nesta perspectiva o educador avalia através de vários elementos como a observação e a prática do educando. Esta avaliação serve tanto para o educador como para o educando e ambos buscam superar os obstáculos encontrados processo educacional.

Mas também são usadas as avaliações dissertativas e as objetivas. Nesta forma é mais usada para ficar registrada a vida acadêmica do educando. E também para familiarizá-lo com este tipo de avaliação que vai ser muito usado em outros momentos de sua caminhada.

Além dessas avaliações mais formais a escola tem a sondagem, que possibilita conhecer a onde está a dificuldade de cada educando. Esta sondagem vai para uma pasta denominada Carrossel da Aprendizagem do Educando. Os conhecimentos aprendidos e desenvolvidos não se transformam meramente em números e notas, mas num parecer descritivo que considere avanços e limites de cada indivíduo, bem como, sugestões de melhora. Essa também têm a finalidade de reagrupar os educandos conforme as necessidades para serem superadas suas dificuldades.

Segundo o que está proposto pelo Projeto Político Pedagógico do Município, com relação ao processo avaliativo, destacamos que é mais um instrumento para o educador rever a sua prática. E desta forma consiga efetivar junto aos educandos/as uma prática reflexiva.

A avaliação não pode jamais ser um ato punitivo. Ela também segue os preceitos da LDB, 9394/96, que destaca:

Em seu Art. 24:

V — A verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos e dos resultados ao longo do período sobre eventuais provas finais;
- b) Possibilidade de aceleração de estudo para alunos com atraso escolar;
- c) Possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) Aproveitamento de estudos concluído com êxito;
- e) Obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de Ensino em seus regimentos.

Além dessas avaliações a escola conta uma mais formal a sondagem, que possibilita conhecer a onde está a dificuldade de cada educando. Esta sondagem vai para uma pasta denominada PAIE (Pasta de Acompanhamento Individual dos Educandos). Os conhecimentos aprendidos e desenvolvidos não se transformam meramente em números e notas, mas num parecer descritivo que considera avanços e limites de cada educando/a, bem como, sugestões de melhora. Essa também tem a finalidade de reagrupar os educandos/as conforme as necessidades de aprendizagem para serem superadas suas dificuldades.

Nesse instrumento, avaliativo é recolhida mensalmente, uma

atividade realizada de forma espontânea possibilitando ao educando/a demonstrar como está assimilação dos conteúdos. Esse material é importante para o educador rever sua prática em sala de aula.

Na escola Irmã Ines Vailatti há aprovação e reprovação, no final de cada bimestre os educandos têm seus conhecimentos quantificados e é lançada a nota no boletim. Será considerado aprovado o educando/a que atingir a média⁸ igual ou superior a 60 e frequência igual ou superior a 75%. Ao educando/a que não atingir a média caberá a escola oferecer a recuperação paralela.

3.6 Formação de educadores: que educadores para que currículo.

Em uma visão tradicional o educador seria formado por um instituto especializado em formar professores as chamadas instituições de ensino. Em uma referência mais atual o educador se forma nos cursos de graduação. Mas o educador se forma, ou seja, se constrói educador em todos os lugares, na convivência com o outro.

Com este depoimento Paulo Freire transforma a arte de ensinar em um poema lírico como muitos de seus escritos:

Eu "brinquei tanto de professor quando era adolescente que quando dei a minha primeira aula na Escola Oswaldo Cruz do Recife, nos anos 40, tive dificuldade em distinguir entre o professor imaginário e o real e era feliz nos dois mundos. (Freire, in MCLAREN: 1999. p. 16).

Nesta perspectiva se aplica também à educação do educador o trabalho como princípio educativo. Esse envolve em sua dinâmica, dois lados que

⁸ As notas bimestrais são somadas e divididas por 4, seguindo a seguinte fórmula:

$$MA = \frac{1B + 2B + 3B + 4B}{4}$$

$$= 60$$

4

MA. Média Anual

B. Bimestre

se articulam em oposição contrária, ou seja, teoria e prática, concepção e realização, saber e fazer. Pode-se dizer que numa abordagem sócio-histórica de formação humana não pode faltar também o trabalho como princípio educativo, com a sua dimensão pedagógica, a formação do educador, como a de um cidadão comum.

Estar em constante formação é a obrigação de todo o educador, sendo que compete ao Departamento Municipal de Educação oferecer oportunidades para que todos os educadores participem de eventos que propiciem contato direto com teóricos e teorias, onde se possam rever as práticas educativas e inovar, conseguindo com isso melhorar o processo de ensino e aprendizagem. (Trecho retirado do Marco Operacional do Projeto Político Pedagógico 2008).

No ano de 2006 o município começou a desenvolver um projeto de Formação dos Educadores e Educandos, em parceria com os movimentos sociais. Projeto este que surgiu da necessidade de se pensar uma educação diferenciada nos moldes da Educação do Campo. Como o município é essencialmente agrícola e a escola em estudo está situada na sede, mas recebe alunos do campo. Mas que em sua estrutura curricular era uma extensão da escola urbana e não estava atendendo as necessidades populares da realidade local.

Então passou a ser repensada a estrutura curricular dessa e das demais escolas. Nesse sentido, o projeto passou a desenvolver-se a fim de redefinir quais os conteúdos eram essenciais na formação desses educandos. Conteúdos que fossem acima de tudo significantes para a vida dos agricultores.

Através de pesquisa realizada com as famílias foi possível perceber que, trabalhar educação com outras práticas educativas pode ajudar os sujeitos a transformarem suas realidades.

Surgiu então outras possibilidades sendo, por exemplo, a pesquisa realizada com as famílias para a valorização do trabalho coletivo. Assim foi possível descobrir nesse diálogo outras práticas educativas que pode ajudar a escola a transformarem sua realidade.

Segundo FREIRE, o que vai desenvolver esse diálogo é a realidade de mundo vivenciado por estes sujeitos, este é o conteúdo a ser desenvolvido:

Como educador preciso de ir "lendo" cada vez melhor a leitura do mundo que os grupos populares com quem trabalho fazem de seu contexto imediato e do maior de que o seu é parte. O que quero dizer é o seguinte: não posso de maneira alguma nas minhas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito. Sua explicação de mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. E isso tudo vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chamo "leitura do mundo" que precede sempre a leitura da palavra. (FREIRE: p. 90: 1997).

Este é fenômeno da apropriação científica do mundo. A escola do campo é para desenvolver esse diálogo. Devido o vínculo com o campo os educadores da escola têm facilidade para se aproximar do mundo de seus educandos,

O processo de formação das educadoras e educadores do campo vêm acontecendo em todo o município de Porto Barreiro, há outros professores como eu que participou desse curso de pós-graduação que foi ofertado pela Universidade Federal do Paraná. É o espaço da Universidade que passa ser ocupado por pessoas sedentas de saber. Outros professores e professoras também estão ampliando seu conhecimento em cursos que melhoram as técnicas de produção e alternativas para o campo.

Também faz parte da formação dos educadores e educadoras os encontros de troca de experiências que favorecem a reflexão e aprofundam a prática pedagógica do coletivo. Com essa prática os educadores estão conseguindo superar a opinião pessoal e a velho dizer de que "sempre foi assim".

Ainda faz parte da formação os grupos de estudo estes também fortalecem o coletivo e dá consistência a política de formação do educador e da educadora. Estes estudos são expostos em seminários que enriquecem e possibilitam a troca de conhecimento. Permitindo o diálogo entre todos da comunidade escolar.

Todo o coletivo de educadores e educadoras bem como os/as trabalhadores/as da escola são capacitados para atender os/ as educandos/as em suas necessidades respeitando as suas diferenças.

É esse coletivo que vai por em prática o Projeto Político Pedagógico da escola para que as mudanças ocorram. E assim realizar o sonho de que a Escola possa formar uma sociedade livre, com um espírito de luta desenvolvido.

Para que a escola cumpra o seu papel de ensinar se faz necessário: que todos os/as educadores/as tenham claro quais projetos são significativos para as famílias. Enfim o currículo deve refletir a vida das famílias e da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar este estudo foi possível perceber que a educação faz parte de um conjunto de elementos inter-relacionados com um objetivo comum a formação do sujeito em todas as suas dimensões. Isto significa que os métodos desenvolvidos são de comum acordo entre quem aprende, o/a educando/a, e de quem ensina o/a educador/a e com a finalidade de transformar a escola em um lugar que produz pedagogia.

Este estudo buscou evidenciar os desafios para a escola do campo a fim de construir um currículo capaz de atender a diversidade do campo. Percebeu-se que esse desafio não terá solução de imediato e que exigirá um longo prazo para que tenhamos políticas públicas que sejam capazes de dar suporte a Educação do Campo.

O objeto de estudo se efetivou na escola Irmã Ines Vailatti com seus/suas educandos/as. Tendo como foco principal seus/ suas educadores/as essa mudança de concepção, exige muito do educador. Acredita-se que ele desempenha um papel predominantemente no processo, tanto como incentivador como dificultador ou facilitador da construção de um currículo que seja condizente com a proposta da educação do campo.

Percebeu-se que a escola está na luta para fazer acontecer uma educação emancipatória capaz de manter acesa a chama da vida. Para tanto a escola está ouvindo a comunidade e tentando reconstruir-se para melhorar seu trabalho e sua prática educativa.

Com isso foi possível perceber que uma outra escola é possível, e que trabalhar educação com outras práticas educativas podem ajudar os sujeitos a transformarem suas realidades e a terem uma outra leitura de mundo.

Uma outra forma de avançar que a escola encontrou em termos de currículo foi trabalhar com grandes projetos e temas que surgem a partir do contexto da realidade de educandos e educandas. Essa forma possibilitou a interdisciplinariedade tão almejada na educação escolar.

Os limites e os desafios que ainda ficam para escola e para o poder público são os de fazer com que todos na escola assumam e tenham compromisso com um currículo que desperte a criticidade dos sujeitos que compõem a escola e que contribua com a construção de um novo projeto popular para o campo. Isso seria avançar muito mais no diálogo e na reflexão em torno da ação educativa.

Portanto que se possa fazer do currículo um instrumento de transformação de pessoas e que por sua vez possam transformar o mundo. Isto seria humanizar os sujeitos para que estes consigam humanizar o mundo.

Outro limite é a formação dos/das educadores/as pois estes vêm de uma formação que estabeleceu uma outra forma de ver o campo. E essa nova proposta que está sendo construída exige um olhar diferente que seja capaz de conhecer e respeitar o ser humano em suas diversidades.

Por fim, cabe dizer que o currículo da escola do campo é de intenso estudo e discussões permanentes com pessoas realmente preocupadas com a educação.

Cabe salientar um dos maiores limites pelo qual a educação passa que é o de fazer na escola o que propõe SANTOMÉ e SILVA:

Uma das finalidades fundamentais de toda a intervenção curricular é a de preparar os/as para serem cidadãos ativos/as e críticos/as, membros solidários e democráticos, de uma sociedade solidária e democrática. O desenvolvimento de tal responsabilidade coletiva implica que os/as estudantes pratiquem e se exercitem em ações capazes de prepará-los/as adequadamente para viver e praticar em sua comunidade. Uma instituição escolar que trabalha nessa direção precisa colocar em ação projetos curriculares nos quais o alunado se veja obrigado, entre outras coisas, tomar decisões, solicitar a colaboração de seus companheiros/as a debater e criticar sem medo de ser sancionado negativamente por opinar e defender posturas contrárias às do/a docente de Platão. (SANTOMÉ E SILVA: p. 159. 1995).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

- APPLE, Michael. **Ideologia e Currículo**. Brasiliense, 1982.
- ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2000.
- ARROYO, Miguel Gonzales. **A educação básica e o movimento social: por uma educação básica do campo**. Brasília: Vozes. 1999.
- BRASIL. MEC. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. org. Senador Flávio Arns. Brasília, 2004.
- BRASIL: MEC. **Diretrizes da II Conferência Nacional por uma Educação do Campo: declaração final**. Luziânia, GO. 2004.
- CALDART, Roseli Salet. **Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção**. In.: Por Uma Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas. V. 4 Brasília, 2002, p.26-36.
- CONTRERAS, José. El curriculum como formación. Cuadernos de Pedagogia, v. 194, p. 22-25. jul./ago., 1991.
- DIRETRIZES DA II CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO: declaração final. Luziânia, GO. 2004
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 6ª ed. Paz e Terra, São Paulo, 1997.
- GHEDINI, Cecília Maria. **A formação de educadores no espaço dos movimentos sociais – um estudo a partir da “I turma de pedagogia da terra da via Campesina/Brasil”** Curitiba, 2007.
- HAMILTON, David. Sobre as origens dos termos classes e currículo. **Teoria & Educação**, v. 6, 1992.
- REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Coleção Educação e Conhecimento. Petrópolis, RJ: Vozes. 1995.
- SACRISTAN, J Gimeno. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**. Trad. Ernani F. da F. Rosa – 3 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2000.
- SACRISTAN, J. Gimeno. **Compreender e transformar o Ensino**. 4ª ed. ARTMED, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da.(org.). **Alienígenas na sala de aula**. Coleção estudos culturais em educação. Vozes, 1995.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Escola e Currículo**. IESDE, Curitiba, PR; 2003.

ANEXOS

Anexo1: Conhecimentos escolares da Escola Irmã Inês Vailatt.

2.Ciclo da Infância: 6, 7, 8 anos

b) Conhecimentos escolares

Conhecimento matemático.

NÚMEROS E OPERAÇÕES

Entendendo a noção de quantidade;
 Identificar, contar, registrar quantidades desde o contexto;
 Aprender o sistema de numeração Decimal – Indo- Árábico;
 Agrupamentos, trocas, e Valor Posicional do números;
 Produção do ábacos diversos;
 Comparação numérica, ordens de grandezas (crescente e decrescente), Igualdade e Desigualdade, maior –menor, antecessor e sucessor...
 Composição e decomposição dos números;
 Quantificar elementos de uma coleção: contagem, pareamento, estimativa e correspondência de agrupamentos.
 Noções de números racionais;
 Definir conjuntos com propriedades matemáticas e realizar desdobramentos para a seriação e classificação;
 Explorando o significado das operações, suas relações e propriedades:
 Adição (agrupar, acrescentar, somar, juntar, adicionar...) e propriedade comutativa;
 Subtração (comparar, completar, retirar, subtrair, diminuir ...)
 Multiplicação (soma de parcelas iguais, combinação de elementos, ...) propriedade comutativa e distributiva; multiplicar, dobrar triplicar...
 Divisão (sucessivas subtrações, idéia de repartir, ...)
 Estimativas e probabilidades;
 Calculo mental.

ESPAÇO E FORMA.

Localização de pessoas ou objetos no espaço, com base em diferentes pontos de referencia e algumas indicações de posição;
 Observação e identificação de formas geométricas presentes em elementos naturais e nos objetos criados pelo homem e de suas características: Relações de tamanho e forma; arredondadas ou não, simétricas ou não, etc.
 Percepção de semelhanças e diferenças entre cubos e quadrados, paralelepípedos e retângulos, pirâmides e triângulos, esferas e círculos.

GRANDEZAS E MEDIDAS

Reconhecer os padrões de medidas presentes em nossa sociedade (tempo, capacidade, massa, comprimento, superfície);
 Produzir instrumentos, contar a história das medidas;
 Identificação e relação das unidades de tempo – dia, mês, bimestre, ano – e utilização de calendários.
 Leitura de horas, comparando relógios digitais e de ponteiros.
 Reconhecimento de cédulas e moedas que circulam no Brasil e de possíveis trocas entre cédulas e moedas em função de seus valores.
 Desenvolver cálculos orais e práticos usando cédulas, promover registros;
 Construir mercados de compra, venda e troca...
 Identificar as grandezas de seu próprio espaço físico (quadra, alqueire, etc)

TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES.

Identificar o uso dos números no contexto: nas casas, em telefones, ruas, endereços, listas de preço, em embalagens, livros...
 Conhecer a história dos números na humanidade;
 Exploração da função do número com código na organização das informações;
 Interpretação e construção de gráficos e tabelas.

Conhecimento Histórico e Geográfico (ciências sociais).

PERIODICIDADE

Noção de tempo: Horas, dia, semana, quinzena, mês, bimestre e trimestre e ano;
 Usar instrumentos de medida do tempo: relógios, calendários, calendário lunar, o sol;
 Datas comemorativas na comunidade, município no país e mundo;

IDENTIDADE

História de vida: história de vida da criança, da família e comunidade e aspectos do município;
 Parentesco: pai e mãe, avós, irmãos e irmãs, gênero masculino e feminino;
 Amigos: eu na escola, eu na comunidade;
 Árvore genealógica;

REGRAS:

Criar/inventar, combinar, cumprir e negociar e recriar...;
 Aprender a viver em um coletivo (espaço individual e coletivo);
 Regras da casa, da sala e das atividades, com os brinquedos, no recreio...

ESPAÇO

Aprender a conhecer, ocupar e representar os espaços: Eu, na classe, da família, da escola, comunidade;

Aspectos físicos:

Localização (longe e perto, para baixo para cima, rua, linhas, comunidades...) Orientação (noção de direção, na nascente do sol, no poente, acima do rio, abaixo, para frente e para trás de um lugar...); Pontos cardeais e produção da rosa dos ventos;

Locomoção: Meios de transportes

Conhecer sua história e seu uso no contexto: locais (carroça, charrete, canoa/barquinho, bicicleta, o carro) e gerais (carro, avião, navio, barco,...);

Limites (terrestres e aquáticos, das comunidades, do lugar da escola, das ruas, das propriedades, com os vizinhos...);

Aspectos econômicos:

Agricultura (o que se planta e época de plantio, comércio (compra, venda e troca), indústria do campo e da cidade; trabalho na agricultura e trabalho assalariado);

Aspectos ambientais – fenômenos da natureza (clima, hidrografia, relevo), elementos da natureza.

Movimentos da terra: rotação e translação ou dia e noite;

CARTOGRAFIA

Criar mapas do corpo, da sala de aula, do pátio, da cidade, da praça, da comunidade, da propriedade...;

Leitura visual do mapa, legenda, escala, simbologia.

Diferenças espaciais (urbano, rural/campo, morro, planície, rios e lagoas, açudes...)

Produzir maquetes;

Conhecimento da Língua Portuguesa.

LEITURA

Leitura de imagens, leitura visual e silenciosa, leitura vocalizada.

Leitura de textos – poéticos, instrucionais, científicos, humorísticos, informativos.

Construção de significado da leitura.

Interpretação da leitura a partir do texto;
Retirar livros da biblioteca, ter carteirinha, ler na biblioteca;
Socializar a leitura em seminários;

ESCRITA

Grafia (base alfabética);
Direção da escrita;
Segmentação das palavras, frase, períodos, parágrafos, usando o alfabeto móvel;
Escrita de textos espontânea e dirigida;
As formas e os tipos de letras – caixa alta, baixa, cursiva, maiúscula, minúscula;
Reescrita de fábulas, literatura infantil, textos de memória;
Registro dos causos e histórias, dos bilhetes...;
Produção de textos (bilhetes, convites, receitas, quadrinhas e outros adequando o assunto, o tema, a linguagem, a função do texto pretendido);
Pontuação;
Acentuação.

MUSICALIDADE:

Através de atividades que promovam a percepção, identificação e apreciação; Ouvindo conscientemente; Pesquisando auditivamente; Movimentando-se corporalmente; Cantando; Dançando; Percutindo; Sonorizando situações, fatos e imagens; Música folclórica Catarinense.

PLÁSTICA:

Uso de materiais artísticos: O ponto; A linha; O desenho; A Pintura; As cores; Desenho de livre criação; As linhas no desenho; aplicação das cores; Distinção de gêneros artísticos, Paisagem, marinha, natureza morta e figura humana; Leitura e representação das formas e do espaço: Cor, Luz, Linha, Ponto, Textura, Bidimensional, Tridimensional, Planos. Obras de arte do modernismo brasileiro; Ilustrações; Cartazes; Placas; Atividades centradas nos aspectos lúdicos do teatro; História em quadrinhos; Arte local;

CÊNICAS:

Andamentos rítmicos: rápido, médio e lento; formação de senas; Utilização do corpo e da voz; Criar e recriar histórias a partir de livros, textos, imagens diversas; Contar histórias ao grupo, representar; Declamando; Reproduzindo sons de natureza e qualidades diferentes, em diversas pulsações rítmicas, reproduzindo estruturas melódicas.

ANALISE LINGUISTICA.

Simbolismo da escrita;
Reconhecimento de algumas convenções das escritas (segmentação de palavras, de frases, períodos – organização de parágrafos, variação lingüística, recursos expressivos);
Ortografia;
Sinais de pontuação (vírgula, ponto, interrogação e exclamação, travessão...);
Acentuação (agudo e circunflexo);
Classe gramatical: substantivos, próprios comuns e compostos; adjetivos; verbo, aprender a usar no texto.

ORALIDADE

Praticar, ensinar e valorizar a oralidade em sala;
Avaliar a oralidade na criança, com tarefas de casa como estratégia;
Conversas (entrevistas, assuntos diversos, ...)
Relatos (passeio, historia de vida, família, acontecimentos locais, regionais, nacionais e mundiais);
Relatos pessoais (experiências, trabalhos de casa, brincadeiras, acontecimentos, etc);
Comentários (filme, livros, notícias, etc) argumentando suas idéias individuais;
Debates (textos de opinião, acontecimentos, política, água, assuntos lidos, filmes, programas, etc)

Dramatizações (historia, musica, poesia, etc.)
 Conteúdos – análises da fala, análise do timbre, uso da marca da nasalidade, diferentes tipos de textos;
 Análise da fala – variedades dialetais, tonicidade das sílabas nas falas, segmentação da fala, pronúncia.
 Clareza na exposição de idéias-objetividade, consistência argumentativa, adequação vocabular.

Educação Física.

BRINCADEIRAS

Categorias: desafio corporal e exploração espacial.

Variedades: amarelinha, pega-pega, mãe cola.

JOGOS

Categorias: tradicionais, de tabuleiro, de quadra, pré-desportivos.

Variedades: queimada, xadrez, punhobol, bete-ombro.

GINÁSTICA

Categorias: exploração do corpo e espaço com objetos.

Variedades: cabo de guerra, carrinho de mão, subir, descer, rolar, cambalhota, estrelinhas.

DANÇA

Categorias: folclóricas, afro, clássica, moderna, contemporânea, típicas tradicionais.

Variedades: samba, gauchesca, axé, balé.

ESQUEMA CORPORAL:

Imitação de postura; Reconhecimento; Representação; Projeção do corpo no espaço;
 Relaxamento; Respiração; Equilíbrio estático, dinâmico e recuperado; Percepção espacial: Noção
 de frente, traz, acima, embaixo, perto, longe, fora, dentro, de um lado
 , outro.

Conhecimento da Ciências naturais.

ESPÉCIES E ECOSSISTEMAS:

Habitat das espécies: moradia, alimentação, reprodução;

Respeito a todas as formas de vida;

Insetos e as plantas: a borboleta, aranhas, formigas, abelhas...

Construir ecossistemas: minhocários, terraris, aquários, viveiro;

Responsabilidade individual por todas as criaturas vivas;

AGUA:

Acesso à água limpa para todos;

Ciclo da água na natureza, cuidados com a água;

Formação de rios riachos, sangas, lagos e lagoas e oceanos vivos;

Hidrografia local;

SEGURANÇA ALIMENTAR:

Mantendo as Sementes: plantar sementes, armazenar, alimentar-se delas;

Troca de sementes na escola e nas comunidades;

Segurança alimentar, saúde e nutrição, alimentos saudáveis;

Jardim dos alimentos;

Produção familiar dos alimentos;

ENERGIA E TECNOLOGIA:

Reciclar, reduzir, reparar, reusar e repensar;

Uso ético dos recursos naturais;

Fontes renováveis de energia;

Construção de minhocários, viveiros, insectários...

ECONOMIA LOCAL:

Consumo de produtos da localidade;
Manejo de recursos na família;
Minimização do lixo;

ITERAÇÃO HUMANA;

Partilha do conhecimento;
Cooperação, não competição;
Troca de opiniões;
Consensos;
Direitos humanos;

FENOMENOS E CATASTROFES NA NATUREZA:

Fenômenos da natureza: chuva, tempestades, raio, trovão, furacão, eclipse...;)
Inverno, verão, primavera, outono, as estações do anos;
Catástrofes e a ação humana: enxurradas, deslizamento, queimadas, secas prolongadas.

3. Ciclo da Pré-adolescência: 9, 10, 11 anos

b) Conhecimentos escolares

<p>Conhecimento Matemático.</p>
<p style="text-align: center;">NUMEROS E OPERAÇÕES</p> <p>Diferentes sistemas de numeração: Sistema de numeração Romano; Sistema de numeração decimal – Indo-Arábico; números racionais (representação fracionária e decimal); Agrupamentos, trocas e valor posicional; Comparação numérica, ordens de grandezas (crescente e decrescente) igualdade e desigualdade, maior e menor, antecessor e sucessor... Composição e decomposição dos números; Comparação e ordenação de números racionais; Transição nos diferentes registros de representação dos números decimais (fracionário, decimal e/ou porcentagem) e sua localização na reta numérica; Explorando o significado das operações, suas relações e propriedade, estendendo para o conjunto dos números racionais: Adição (agrupar, acrescentar,...) e propriedade comutativa; Subtração (comparar, completar, retirar, ...) Multiplicação (soma de parcelas iguais, combinação de elementos,...) propriedade comutativa e distributiva; Divisão (sucessivas subtrações, idéia de repartir, ...) Estimativas e probabilidades; Cálculo mental.</p>
<p>ESPAÇO E FORMA</p> <p>Observação e identificação de formas geométricas presentes em elementos naturais e nos objetos criados pelo homem e de suas características: relações de tamanho e forma; arredondadas ou não, simétricas ou não, etc. Exploração de características de algumas figuras planas, tais como: rigidez triangular, paralelismo e perpendicularismo de lados, etc. Cálculo de perímetro e de área de figuras desenhadas e comparação de perímetros e áreas de duas figuras sem uso de fórmulas;</p>
<p>GRANDEZA E MEDIDAS</p> <p>Reconhecer os padrões de medidas presentes em nossa sociedade (tempo, capacidade, massa, comprimento, superfície) e relacionar os seus múltiplos; Transformações de padrões de medidas (como cálculo de metro para centímetro, etc.); Identificação e relação das unidades de tempo – dia, semana, mês, bimestre, semestre, ano – e utilização de calendários. Reconhecimento de cédulas e moedas que circulam no Brasil e de possíveis trocas entre cédulas e moedas em função de seus valores.</p>
<p>TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES</p> <p>Exploração da função do número como código na organização das informações; Reconhecimento de porcentagens presentes em situações do cotidiano (juros, descontos,...) Porcentagens (através do cálculo de frações); Leitura e interpretação de dados apresentados de maneira organizada (por meio de listas, tabelas, diagramas, e gráficos) e o processo de construção dessas representações; Produção de textos escritos, a partir da interpretação de gráficos e tabelas, construções de gráficos e tabelas com base em informações contidas em textos jornalísticos, científicos ou outros.</p>
<p>Conhecimento Histórico.</p>
<p>MUNICÍPIO, ESTADO</p>

História da comunidade, município e estado.
 Datas significativas: origem e comemoração;
 Colonização, primeiros moradores, posse da terra, formas de ocupação, migração, migração e emigração;
 Análise de documentos históricos, fotografias e objetos, depoimentos; criando registros, arquivos e museu;

PERIODICIDADE

Noção de tempo: Horas, dia, semana, quinzena, mês, bimestre e trimestre e ano. Década, século...
 Conhecer a história e a invenção do relógio, dos calendários, calendário lunar;

IDENTIDADE

História de vida: comunidade e do município, e o estado;
 Fatos históricos das localidades;
 Festejos, crenças, costumes, cultura local;
 Amigos: eu na escola, eu na comunidade;
 Moradias, vestimentas, ferramentas de trabalho, alimentação;

REGRAS:

Criar/inventar, combinar, cumprir e negociar e recriar...;
 Aprender a viver em um coletivo (espaço individual e coletivo);
 Regras da casa, da sala e das atividades, da escola, do município;
 Poderes constituídos no município: legislativo, executivo e judiciário;

Conhecimento Geográfico.

Município, Estado, País, Mundo.
 Aspectos físicos: localização (rosa dos ventos), orientação, área, limites, hidrografia, vegetação – solo.
 Aspectos econômicos: agricultura, pecuária, indústria e comércio, extrativismo.
 Aspectos sociais: moradia, população.
 Aspectos ambientais: degradação ambiental e preservação.
 Espaço do campo e urbano e suas relações.
 Meios de transporte.
 Meios de comunicação.
 Linguagem cartográfica.
 Mapas, croquis, globo, fotografias, imagens.
 Organização política administrativa.
 Formas e organizações de trabalho: no campo e na cidade; dos homens e das mulheres; das crianças e jovens...

Conhecimento da Língua Portuguesa.

LEITURA

Diversos portadores textuais: cartas, bilhetes, rótulos, receitas, panfletos, informativos, propagandas, lendas, etc.
 Argumentar e discutir sobre o tema.
 Ler com compreensão (interpretação).

ESCRITA

Produção e reprodução através de diversos portadores textuais: humorísticos, jornalísticos, literários, científicos, ...
 Produzir textos considerando destinatário, finalidade e característica de gênero/temática: narrativo, dissertativo, informativo.

Conteúdo do texto: clareza, coerência e argumentação, conjunções, advérbios, pronomes, verbo, relações entre as palavras que explicam relações.

Paragrafação dos textos.

Pontuação.

Concordância nominal e verbal.

Acentuação e tonicidade;

Recursos gráficos e visuais (margem, título, etc);

Discurso direto e indireto;

Utilização do travessão, dois pontos, aspas;

Estratégias de escrita, planejamento, rascunho e revisão;

Ortografia.

ANALISE LINGUISTICA

Textos descritivos: tempo, sujeito, objeto, lugar;

Textos narrativos: personagens, discurso direto e indireto, tempo (acontecimento, desfecho, conflito), lugar;

Epistolares: destinatário, remetente, cabeçalho, corpo do texto, despedida;

Poéticos: rimas, ritmo, estrofe, verso;

Flexão de palavras: gênero (masculino e feminino), números (plural e singular), grau, derivados, ações, acontecimentos, elementos das relações, relação de sentido entre as palavras.

ORALIDADE

Praticar, ensinar e valorizar a oralidade em sala;

Avaliar a oralidade na criança, com tarefas de casa como estratégia;

Conversas (entrevistas, assuntos diversos, ...)

Relatos (passeio, história de vida, família, acontecimentos locais, regionais, nacionais e mundiais);

Relatos pessoais (experiências, trabalhos de casa, brincadeiras, acontecimentos, etc);

Comentários (filme, livros, notícias, etc) argumentando suas idéias individuais;

Debates (textos de opinião, acontecimentos, política, água, assuntos lidos, filmes, programas, etc)

Dramatizações (história, música, poesia, etc.)

Conteúdos – análises da fala, análise do timbre, uso da marca da nasalidade, diferentes tipos de textos;

Análise da fala – variedades dialetais, tonicidade das sílabas nas falas, segmentação da fala, pronúncia.

Clareza na exposição de idéias-objetividade, consistência argumentativa, adequação vocabular.

MUSICALIDADE:

Através de atividades que promovam a percepção, identificação e apreciação; Ouvindo conscientemente; Pesquisando auditivamente; Movimentando-se corporalmente; Cantando; Dançando; Percutindo; Sonorizando situações, fatos e imagens; Música folclórica Catarinense.

PLÁSTICA:

Uso de materiais artísticos: O ponto; A linha; O desenho; A Pintura; As cores; Desenho de livre criação; As linhas no desenho; aplicação das cores; Distinção de gêneros artísticos, Paisagem, marinha, natureza morta e figura humana; Leitura e representação das formas e do espaço: Cor, Luz, Linha, Ponto, Textura, Bidimensional, Tridimensional, Planos. Obras de arte do modernismo brasileiro; Ilustrações; Cartazes; Placas; Atividades centradas nos aspectos lúdicos do teatro; História em quadrinhos; Arte local.

CÊNICAS:

Andamentos rítmicos: rápido, médio e lento; formação de cenas; Utilização do corpo e da voz; Criar e recriar histórias a partir de livros, textos, imagens diversas; Contar histórias ao grupo, representar; Declamando; Reproduzindo sons de natureza e qualidades diferentes, em diversas pulsações rítmicas, reproduzindo estruturas melódicas.

Educação Física.

BRINCADEIRAS

Categorias: desafio corporal e exploração espacial.

Variedades: amarelinha, pega-pega, mãe cola.

JOGOS

Categorias: tradicionais, de tabuleiro, de quadra, pré-desportivos.

Variedades: queima, xadrez, punhobol, bete-ombro.

LUTAS

Categorias: olímpicas, orientais, ocidentais, com elementos.

Variedades: karate, judô, vale-tudo, capoeira, esgrima.

ESPORTE

Categorias: coletivos, individuais, aquáticos, olímpicos, não olímpicos.

Variedades: voleibol, atletismo, futebol, natação, basquete.

GINÁSTICA

Categorias: exploração do corpo e espaço, com objetos.

Variedades: cabo de guerra, carrinho de mão, subir, descer, rolar, cambalhota, estrelinhas.

DANÇA

Categorias: folclóricas, afro, clássica, moderna, contemporânea, típicas tradicionais.

Variedades: samba, gauchesca, axé, balé.

ESQUEMA CORPORAL:

Reconhecimento; Representação; Projeção do corpo no espaço; Relaxamento; Respiração; Equilíbrio estático, dinâmico e recuperado; Percepção espacial; Força, velocidade e ritmo.

Conhecimento da Ciências naturais.

ESPÉCIES E ECOSSISTEMAS:

Manutenção da diversidade de plantas e animais – tudo está conectado;

Habitat das espécies: moradia, alimentação, reprodução;

Ciência das plantas: invasoras ou convidadas, controle biológico, mecânico ou de cultura, plantas companheiras, erva daninha...

Fotossíntese das plantas;

Respeito a todas as formas de vida;

Insetos e as plantas: a borboleta, aranhas, formigas, abelhas...

Reflorestamento: criar e plantar árvores, iniciar o viveiro;

Responsabilidade individual por todas as criaturas vivas;

AGUA:

Acesso a água limpa para todos;

Ciclo da água na natureza, cuidados com a água, água pura e poluída, reaproveitamento da água;

Rios, riachos, sangas, lagos e lagoas e oceanos vivos;

Bacias hidrográficas saudáveis;

Hidrografia local;

Conservação;

SEGURANÇA ALIMENTAR:

Restauração da terra e dos solos danificados;

Mantendo as Sementes: plantar sementes, armazenar, alimentar-se delas, polinização aberta;

Troca de sementes na escola e nas comunidades;

Florestas de alimentos orgânicos;

Segurança alimentar, saúde e nutrição;

Produção e distribuição equitativa dos alimentos;

Jardim dos alimentos;

ENERGIA E TECNOLOGIA:

Reciclar, reduzir, reparar, reusar e repensar;
Uso ético dos recursos naturais;
Consumo justo da energia;
Conhecer as tecnologias alternativas: aquecimento de água alternativo, cisternas...;
Fontes renováveis de energia;
Construção de minhocários, viveiros, insetários...
Permacultura, Agroecologia, Agricultura Orgânica...

ECONOMIA LOCAL:

Consumo sustentável;
Consumo de produtos da localidade;
Comércio ético;
Manejo de recursos;
Empresas ecológicas;
Minimização do lixo;

ITERAÇÃO HUMANA;

Partilha do conhecimento;
Cooperação, não competição;
Troca de opiniões;
Consensos;
Direitos humanos;

FENOMENOS E CATASTROFES NA NATUREZA:

Fenômenos da natureza: chuva, tempestades, raio, trovão, furacão, eclipse...;)
Inverno, verão, primavera, outono, as estações do anos;
Catástrofes e a ação humana: enxurradas, deslizamento, queimadas, secas prolongadas;